



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Serviço Social – SER
Curso de Graduação em Serviço Social

**SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA UnB**

NEIVA LOPES SOUSA

Brasília/DF
2014



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Serviço Social – SER
Curso de Graduação em Serviço Social

NEIVALOPES SOUSA

SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UnB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr. Reginaldo Guiraldelli
Co-orientadora: Ms. Kênia Augusta Figueiredo

Brasília/DF
2014

O Serviço Social e a Política de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de

Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), da estudante

Neiva Lopes Sousa.

Prof.^o Reginaldo Guiraldelli
Orientador.

Prof.^a Kênia Augusta Figueiredo
Co-orientadora.

Daniel Ferraz
Examinador externo.

Brasília-DF, dezembro de 2014

Agradecimento

Agradeço a Deus, Senhor de tudo e de todos. É Ele quem garante a minha existência e permitiu que todos os caminhos me fizessem chegar até aqui.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha primeira família: meus genitores Elias Cesar de Sousa (*in memoriam*), Maria da Conceição Lopes de Sousa e meus irmãos;

À família de criação: minha mãe (tia) Dejanira Soares Moraes, uma mulher sábia de quem muito me orgulho; meus irmãos de criação, primos, tios e tias que me apoiaram pelo caminho da vida de uma órfã.

À família que constituí: o maravilhoso Pedro Henrique, meu primogênito; meu caçula, Hebert William, um presente de Deus na minha vida; meu companheiro William Nelson, que leva a vida com um senso de humor único e a quem agradeço pela compreensão e pela caminhada.

À minha família da Igreja Assembleia de Deus da Granja do Torto, queridos irmãos.

À minha família do bairro Vila Operária, Granja do Torto; à vizinhança que muito me auxilia nos momentos de dificuldades: são os parentes mais próximos aos quais posso recorrer.

À minha família do Corpo de Segurança Operacional (CSO) do Metrô-DF, meus queridos colegas de trabalho com quem convivo a maior parte do tempo;

À minha família SER/UNB: meus colegas e professores com quem pude aprender muito, um ambiente propício para novos conhecimentos e quebra de preconceitos e tabus; os amigos que colecionei no campus desta distinta Universidade, pela qual sinto orgulho em me graduar; aos professores, todos eles, com muito respeito pelo empenho em nos acompanhar e fazer parte da transformação de um mundo - o meu - nestes quase cinco anos de formação. À grande Mestre Kênia Augusta, parte especial desta trajetória, que sabe o porquê de toda minha gratidão.

A esta banca, que me acompanhou de perto nestes últimos meses, e é parte deste trabalho. Minha gratidão a todos.

Resumo

Este trabalho advém da experiência obtida em estágio obrigatório na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) e tem o objetivo de mostrar a importância do profissional Assistente Social na operacionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O histórico da Educação em um tempo determinado se interliga ao histórico do Serviço Social, servindo para reproduzir o atual sistema. A Educação serviu a classe dominante para domesticar o trabalhador aos ditames do capital tal qual o Serviço Social na sua origem. Porém, na dinâmica social, ambos se transformaram, ultrapassaram sua visão de uma única ideologia dominante e puderam servir também à classe dominada. O Serviço Social, a princípio fundamentado no positivismo moralizante, também fez um papel de educador das populações pauperizadas para manter a harmonia social e para reprodução do trabalho explorado. Em um dado momento histórico, repensa seu fazer profissional, muda seu direcionamento para uma visão crítica da sociedade e passa a servir aos anseios da classe trabalhadora, e em sua contradição também serve ao mercado. Este trabalho vem apresentar um espaço indispensável ao profissional Assistente Social: a política de Educação, um espaço ainda em disputa pela profissão, que na operacionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil é imprescindível por seu aporte teórico metodológico e técnico operativo, que colabora para a garantia e expansão do direito a educação superior a estudantes em situação socioeconômica desfavorável.

Palavras-chave: Educação; Serviço Social e Assistência Estudantil.

Abstract

This work stems from the experience gained in compulsory training in Social Development Board (DDS) and aims to show the importance of professional social worker in the operationalization of the National Student Assistance Program (PNAES). The historic of education in a determinate time is connect to the Social Service, in object to reproduce the actual system, the education is important for the dominant class, to make the worker be able to the rules of the state and the original Social Service. But, in the social dynamic both change, getting over the vision of only one ideology and also could works for a dominant class. The education, directional politic to all the class, can also be used to the dominant and the dominated class. The Social Service, based on positivism sententious also made an educator of poor population service to continue the social harmony, and for reproduction of the explored work, in a moment thinking of actualizing skills, changing the focus for a critic vision society, and for the workers class needs. This works presents a irreplaceable ranking for the Social Service. In the PNAES (National Program of Students' Assistance) is very important actuation of the Social Service that with theoretical methodology and technical operative, collaborating for the expansion rights of superior education, guaranteed to students in unflattering socioeconomics situations.

Key Words: Education, Social Work, Students' Assistance.

Não há limite para fazer livros e o muito estudar enfado é da carne.

Rei Salomão

Sumário

SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I – EDUCAÇÃO	12
Jesuítas	12
Movimento Estudantil	18
O ensino superior no Brasil: A Reforma de 1968.....	21
CAPÍTULO II – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	29
Experiência na DDS em estágio supervisionado.....	38
Programa Moradia Estudantil.....	44
CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO	46
CONCLUSÃO	60
ANEXOS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

ABC - Academia Brasileira de Ciência

UNE - União Nacional dos Estudantes

AI-5 - Ato Institucional N. 05

UJS - União da Juventude Socialista

MEPR - Movimento Estudantil Popular Revolucionário.

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

IES - Instituições de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes Básicas

PROUNI - Programa Universidade para Todos

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

PNE - Plano Nacional de Educação

REUNI - Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

IFES - Instituições Federais de Educação Superior

MEC - Ministério da Educação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

DAE - Departamento de Assistência Estudantil

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

DDS - Diretoria de Desenvolvimento Social

Editora UnB - EDU

RU - Restaurante Universitário

CA - Centro Acadêmico

ICC - Instituto Central de Ciências

PASeUNB - Programa Auxílio Socioeconômico

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o Serviço Social e a política de assistência estudantil na Universidade de Brasília (UnB). A importância do trabalho do assistente social inserido na educação superior, operacionalizando políticas que contribuem para permanência e conclusão da graduação.

No estágio supervisionado realizado na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), pude aprender e certificar sobre a importância do processo de trabalho do profissional assistente social na garantia e expansão de direitos, assim como da importância das políticas sociais na permanência de um considerável número de estudantes vindos das classes menos favorecidas. Os instrumentos utilizados pelo assistente social (visita domiciliar, análise de estudo socioeconômico, pareceres, etc.) objetivaram manter uma rede de proteção aos estudantes nas suas mais variadas demandas (moradia, alimentação, bolsa-permanência, auxílio-emergencial, etc.). Além destes conhecimentos obtidos nos semestres de estágio, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental utilizada ao longo do curso e os materiais indicados no decorrer da orientação.

Em se tratando do Serviço Social na assistência estudantil, o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro retrata a educação no Brasil traçada desde o período colonial até a atualidade. No segundo, falamos sobre a luta pelo direito à assistência estudantil à expansão de acesso ao ensino superior, assim como sua manutenção e mudanças de paradigmas. A eminência do FONAPRACE, que levantou a bandeira da assistência estudantil, realizando pesquisas para traçar o perfil do estudante universitário em situação socioeconômica vulnerável, expandindo os recursos para assistência estudantil e a criação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). No terceiro capítulo, abordamos sobre a atuação do assistente social na educação superior, a importância desse intelectual que possui uma dimensão teórico metodológica, ético-político e técnico-operativa de garantia de direitos. As metamorfoses pelas quais passou o Serviço Social até chegar à ruptura com o conservadorismo e se posicionar numa visão crítica de sociedade ao lado dos trabalhadores e dos movimentos sociais na expansão e garantia de direitos, além da luta por uma nova ordem societária.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO

Desde seus primórdios, a Educação Brasileira, em seus diversos níveis de ensino, foi excludente. Foram vários os fatores de conjuntura, característicos de cada época, refletindo as desigualdades econômicas, sociais e políticas, a exemplo das lutas históricas pela democratização do acesso e garantia como direito, alterando até mesmo a cultura do país.

Jesuítas

É aos jesuítas que historiadores creditam a implantação de um sistema de educação formal no Brasil colônia, ao perceberem que a conversão dos nativos só seria possível se eles tivessem alguns conhecimentos básicos de leitura e escrita.

Segundo Bello (2001), a educação indígena foi interrompida com a chegada dos jesuítas, que, incumbidos dessa missão, promoveram a criação das missões, onde organizavam as populações indígenas em torno de uma ordem de trabalho e religião. Ao submeterem as populações aos conjuntos de valor da Europa, acabavam com a diversidade cultural das populações nativas do território. Além disso, submetiam os mesmos a uma rotina de trabalho que despertava o interesse dos bandeirantes, que praticavam a venda de indígenas para escravizar.

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola e um pequeno grupo de discípulos, na Capela de Montmartre, em Paris, em 1534, com objetivos catequéticos, em função da Reforma Protestante e a expansão do luteranismo na Europa. Os primeiros jesuítas chegaram ao território brasileiro em março de 1549. No Brasil, os jesuítas difundiam a fé católica e o trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever. De Salvador, os jesuítas se estenderam para o Sul e em 1570, já composta por cinco escolas de instrução elementar em Estados como Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo.

Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio Studiorum*¹.

Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras. Além do curso elementar, eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. Quem se interessasse por profissões liberais eram encaminhados à Europa.

Os jesuítas permaneceram como mentores da educação brasileira durante 210 anos, até 1759, período em que esse modelo funcionou no Brasil, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, de 1750 a 1777. No momento da expulsão, os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica em um processo já implantado e consolidado como modelo educacional.

No período pombalino, com a expulsão dos jesuítas, pouca coisa restou para a prática educativa. Essa expulsão foi em função dos interesses antagônicos entre o Clero e a Corte Portuguesa. Enquanto aqueles tinham por objetivos servir aos interesses da fé frente à onda protestante na Europa, este tinha o objetivo iminente de servir aos interesses do Estado, reerguer Portugal da decadência que se encontrava – se comparado as grandes potências europeias daquele período. Pombal não obteve êxito em sua decisão e medidas foram tomadas para a manutenção do ensino, mas não havia professores capacitados para a função. Nesse período (1776-1808), a educação brasileira praticamente extinguiu.

Vale ressaltar que, segundo estudos de CRUZ (2005), há na história da educação brasileira uma negação de aspectos da vida social do povo brasileiro, como a invisibilidade do negro, por exemplo. Essa carência de dados históricos sobre a educação dos negros revela a condição a que estes eram submetidos no período colonial e a negação de sua história. Para SILVA (2005):

A cruel escravidão a que foram submetidos os negros arrancados de suas regiões de origem no continente africano, como também muitos de seus descendentes, além de

¹A expressão completa é *Ratio atque institutio studiorum societatis Jesu* ou *Plano oficial de estudos da sociedade de Jesus*, um plano de ensino da Companhia de Jesus (Gombay, André 2007).

representar um conjunto de violações de direito, gerou para esta população um triste legado: a interdição à educação formal. (SILVA, 2005, p. 65)

No início do século XIX, no período do império, foram instituídas as escolas e retomado o ensino no país. Contudo, o negro continuava impedido de frequentar a escola, restrita por lei a cidadãos brasileiros, libertos e nascidos no Brasil². Somente em 1808, com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse de se criar o ensino superior no país. As primeiras escolas foram na área médica na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo que, em fevereiro de 1808, surgiu o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia.

Por seu histórico, o ensino superior se firma como um modelo isolado com profissões de interesse imediato da Corte ou profissionalizante, de caráter elitista, já que só atendia aos filhos da nobreza colonial que não podiam mais estudar na Europa. Nota-se que essa educação vem enviesada de interesses isolados e de cursos e conhecimentos voltados para o interesse da elite na época, como também de interesses para os negócios administrativos do Estado que se iniciava, precisando de profissionais para as nascentes instituições. Os cursos que serviam de interesse na época eram os de medicina, direito e engenharias, ainda hoje três dos cursos mais elitizados dentro das universidades públicas. Não perderam, com o passar do tempo, sua hegemonia e alto investimento por parte do Estado em detrimento de outros cursos.

Durante esse período histórico monárquico, o desenvolvimento do ensino superior é lento e não repercute em transformações sociais, visto que ainda vivíamos em uma sociedade escravocrata. Houve uma falta de interesse da classe dominante em manter seu status e não investir em Universidades no Brasil, diferente de outros países com colonização espanhola, que desenvolveram suas universidades séculos antes. Na visão do ministro do Império, PAIM (1937), em seu relatório:

A conveniência de se fundar estabelecimento de ensino de que se trata e de formar, com outros já existentes, uma só corporação científica com o título e universidade foi largamente demonstrado em relatórios anteriores [...]. É, porém, um dever lembrar a absoluta precisão de criar-se uma autoridade individual ou coletiva a quem não só incumba a tarefa de vigiar sobre as doutrinas ensinadas a mocidade, mas também se dê mais influências e certa jurisdição correicional para compelir o aluno ao cumprimento de suas

²Constituição de 1824 art. 6 item I, <http://www.planalto.gov.br> acesso em 06/10/2014.

obrigações escolásticas e manter a necessária decência, respeito e subordinação. (PAIM, 1937, p. 21)

Nesse período histórico, a educação perpassa a dimensão redentora (PEREIRA & HERKENHOFF, 2011, p.41), numa perspectiva de educação considerada capaz de direcionar a vida social, sendo responsável pela direção da sociedade, trazendo ideia de interação e harmonia social que somente poderia ser alcançado por meio de um sistema bem regulado. A educação aqui é orientada pela coerção, condição necessária para criar um espírito de trabalho e esforço nos indivíduos, sendo inevitável a dominação para integrá-los às normas estabelecidas.

No início do século XX se retomou o discurso de Universidade voltado para a pesquisa e sua importância para a formação intelectual, uma preocupação em promover o desenvolvimento de pesquisadores. Duas associações são criadas: a Associação Brasileira de Educação (ABE) e Academia Brasileira de Ciência (ABC). Elas atribuem à instituição Universitária uma nova função de abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral, para promover a pesquisa.

Somente em 1920, temos a primeira universidade brasileira (Universidade do Rio de Janeiro), mas nascida como uma confederação de escolas com a junção de cinco faculdades – Engenharia, Medicina, Direito, Farmácia e Odontologia. Uma iniciativa anterior ocorrera no estado do Paraná, porém, de iniciativa do governo do estado em 1912. A universidade moderna precisava ser organizada de maneira diferente, autônoma e sem a gestão do governo nos assuntos da universidade, que poderia interferir no desenvolvimento da pesquisa científica. Sua organização deveria se pautar:

a) de maneira que se integrem num sistema único, mas sob direção autônoma, as faculdades profissionais (medicina, engenharia, direito), institutos técnicos especializados (farmácia, odontologia), e instituições de altos estudos (faculdades de filosofia e letras, de ciências matemáticas, físicas naturais, de ciências econômicas e sociais, de educação, etc),

b) e de maneira que, sem perder o seu caráter de universalidade, se possa desenvolver, como uma instituição orgânica e viva, posta pelo seu espírito científico, pelo nível dos estudos, pela natureza e eficácia de sua ação, a serviço da formação e da cultura nacional. (NAGLE, 1974, apud SAMPAIO 1991, p. 09)

Para Pereira (2008, p. 40), “os sistemas educacionais desenvolveram a partir da primeira guerra mundial com um rápido crescimento em consonância com as profundas alterações ocorridas no processo produtivo capitalista”. É de interesse do capital se apropriar desse processo educacional, pois a escola funciona como (re)produção do capital. Por outro lado, não podemos ver a educação dessa época somente por este viés em prol do capital. Esse espaço é utilizado para veiculação de ideologias dominantes, porém, contraditórias, constituindo também um espaço de luta de classes.

O Brasil do início de século XX foi de grandes transformações sociais. Assistimos, ao adentrarmos ao novo mundo do capitalismo global e das democracias de massa, a uma modificação violenta das estruturas tradicionais de nossa sociedade, entre eles o padrão de acumulação que passava de agrário exportador para um modelo agora baseado em atividades econômicas urbano-industriais. O país, nas primeiras décadas, foi palco de intensa agitação de operários – em sua maioria imigrantes que protestavam contra as condições de trabalho. Esses trabalhadores trouxeram consigo ideais políticos e organizativos da classe trabalhadora. O início dessa nova classe assalariada traz à tona a expansão da questão social, como o movimento grevista de 1917, tratado pelo Estado como caso de polícia. Nesse mesmo ano culmina a vitoriosa Revolução Russa e a propagação das ideologias socialistas.

Toda essa efervescência na sociedade brasileira, de mudança de paradigmas no modo de produção, levanta também o discurso da importância da educação, que, segundo Pereira (2008), “constitui um poderoso instrumento de propagação de ideologia e de domesticação dos indivíduos”.

A implementação das Universidades é de suma importância para uma nova classe de capitalistas emergentes que desejam um processo de industrialização no país, já que as pesquisas e o conhecimento são imprescindíveis para alcançar maiores ganhos e ter solidez em seus investimentos. Em 1930, com a queda do governo das oligarquias, no governo provisório de Getúlio Vargas, é fundado o Ministério da Educação e Saúde com a seguinte definição de universidade:

Que o ensino superior deveria ser ministrado na universidade, a partir da criação de uma faculdade de Educação, Ciências e Letras. No que diz respeito à organização do sistema, a reforma previa duas modalidades de ensino superior: o sistema universitário (oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, ou livre, mantido por particulares) e o instituto isolado.

A administração central da universidade caberia ao conselho universitário e ao reitor, que seria escolhido a partir de uma lista tríplice, medida que vigora até hoje. A reforma estabelecia também como deveria ser composto o corpo docente (catedráticos e auxiliares de ensino, submetidos a concursos, títulos e provas) e dispunha ainda sobre questões como ensino pago, diretório de estudantes, etc. (SAMPAIO, 1991, p. 10)

Algumas dessas disposições são frutos das mobilizações dos intelectuais e educadores da década de 1920, ainda com traços conservadores e tradicionais. Porém, nos 10 anos seguintes ao governo de Getúlio Vargas, nota-se o desinteresse do Estado pela introdução do ensino superior. Em seu processo histórico, o Estado brasileiro, nesse intervalo, dá maior importância aos assuntos relacionados a ganhos econômicos ou ao controle das massas que se levantavam contra a ordem imposta, com seu poder coercitivo.

Apenas dois projetos universitários deram continuidade nesse período, o da Universidade de São Paulo e o da Universidade do Brasil. O ministro Francisco Campos, na constituição autoritária de 1937, aproxima Getúlio Vargas da Igreja Católica, ficando esta com o controle do sistema educacional e aquele com a propagação de seus ideais e o controle social. PEREIRA (2008) diz que é nesse período, por meio da movimentação da ação católica e de influência franco-belga, que Vargas institucionaliza o Serviço Social e o regulamenta como profissão de nível superior (PEREIRA, 2008).

No período de mais de 20 anos seguintes, posteriores às primeiras Universidades, o ensino superior não experimenta algo significativo se comparado às décadas anteriores, dado a conjuntura política de ditadura com controle e despolitização dos movimentos sociais. Na contradição do sistema, é exatamente nesse período que ganha corpo e se desenvolve os Institutos Federais de Educação Superior (IFES), a exemplo da universidade católica do Rio de Janeiro. Várias outras católicas e particulares se implantam em diversas regiões, com maior amplitude no estado de São Paulo. Na década de 1940, há uma forte federalização das universidades estaduais, uma ideia difundida na época de se ter uma universidade federal em cada unidade da federação.

Em meados de década de 1950, a concepção de ensino superior no Brasil começa a dar sinais de tensão. A sociedade brasileira teve uma mudança significativa, com um considerável número de pessoas nas cidades buscando empregos nos setores de formação industrial. O Brasil passara por um processo de industrialização de substituição de importação, trazendo uma pequena camada da população a uma tímida ascensão social.

Essa camada luta pela ampliação do acesso à educação, principalmente no ensino médio, voltada fortemente para o mercado de trabalho. Nessa nova organização da sociedade brasileira surge uma clientela restrita em busca do ensino superior para garantia de acesso diferenciado no mercado de trabalho.

Inicia-se um movimento de reforma da universidade com ideais ainda dos anos 1920, porém, com forte influência das universidades norte-americanas. Críticas recaíam sobre a vigente estrutura universitária: primeiro, a instituição de cátedra, onde cada matéria se encontrava sob a responsabilidade de um professor vitalício com poder de decisão sobre seus auxiliares, tido como um obstáculo à organização de uma carreira universitária; segundo, uma universidade compartimentalizada com escolas profissionais, um distanciamento entre alunos e professores, e a terceira era o elitismo presente nas universidades, atendendo uma parcela mínima da população.

A principal queixa dos estudantes era o sistema de cátedra, que constituía em ter um professor vitalício, o catedrático, responsável por uma determinada área do conhecimento, com alto poder de decisão de escolher e dispensar seus auxiliares. A dificuldade em se organizar uma carreira universitária partia, principalmente, desse sistema rígido. A saída era uma versão aos moldes americanos de carreira aberta com titulação acadêmica que abre espaços para os mais jovens nos centros de pesquisas. A cátedra simbolizava uma universidade antiga, rígida e autoritária, gerando uma reação de oposição de jovens pesquisadores e do movimento estudantil que passa a organizar mobilização das massas com ideários modernizantes e tem apoio dos intelectuais que também não se conformam com o modelo posto.

Movimento Estudantil

Em 1937, no governo Vargas, período de significativas mudanças políticas e institucionais, os seguimentos sociais estão em movimento devido ao forte crescimento industrial do período, com foco no processo de substituição de importações. Nesse contexto, é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir de então, o movimento estudantil passa a ser protagonista nas principais lutas sociais em busca de expansão de direitos e contra as formas de exclusão do sistema capitalista. Na década seguinte, os estudantes lutam contra a ditadura de Vargas e promovem mobilizações estudantis contra este governo, resultando em caso de polícia, uma atitude que perpassa a contemporaneidade. E, assim, os movimentos sociais foram fortemente reprimidos.

No contexto de pós-segunda guerra, o movimento estudantil chega ao seu limite, com casos de morte de estudantes em confronto com a polícia. O movimento se limita a algumas atividades de cunho assistencial, iniciando disputa entre partidos dentro da instituição. O movimento estudantil, que por princípio é uma instância de luta contra os privilégios e as desigualdades sociais, se posiciona em prol da democratização do acesso ao ensino superior. Antenado com as principais demandas da sociedade em relação ao ensino superior e na discussão do projeto de Lei de Diretrizes e Bases, os estudantes debatem sobre a reforma universitária no país. Como fruto desta organização obteve-se um dos mais importantes documentos do movimento estudantil, buscando reformas como a declaração da Bahia³, que fornece uma visão ampliada de que uma sociedade deformada conterà uma universidade igualmente mutilada. Neste documento se faz menção da educação como direito de todos e da assistência a estudantes com dificuldades financeiras de se manter na universidade, e aponta programas que são operacionalizados por assistentes sociais, como bolsas de estudos, restaurantes, assistência social e habitação.

Este movimento estudantil politizado luta em plena ditadura militar, período que tem sua maior evidência histórica e política. A princípio, com o golpe militar de 1964, a UNE é posta na ilegalidade num contexto de ditadura. Todos os movimentos sociais são solapados e o regime dita as regras em favor do capital, atacando todo movimento das massas e qualquer atitude democrática.

Nos anos 1960, o crescimento numérico dos ‘excedentes’, fruto da expansão do ensino secundário, que, aprovados nos concursos vestibulares, não obtinham vagas no ensino superior, foi utilizado como legitimador da expansão da rede privada de ensino superior. As políticas educacionais implementadas no país na última década, de inspiração neoliberal, servindo-se do discurso democratizante de ampliação do acesso ao nível superior, vem desde esse período de 1960 e 1970, consolidando a expansão ao ensino superior por meio da iniciativa privada e dando concessão e *status* de Universidade a inúmeras instituições privadas, além de permitir a criação de novas modalidades de cursos superiores de curta duração.

Atuando na clandestinidade, o ápice de resistência do movimento estudantil é o ano de 1968. Para ANTUNES (2008), o ano de 1968 foi palco de múltiplas explosões e

³*Declaração da Bahia* foi um documento apresentado por estudantes com conclusões de seus debates no I Seminário Nacional de Reforma Universitária promovida pela UNE, em maio de 1961, na cidade de Salvador, Bahia (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961).

revoltas populares dos operários, estudantes, feministas, dos negros, dos movimentos ambientalistas, dos homossexuais, dentre tantas outras formas de descontentamento social e político. Em todo o mundo havia um ar de revolta e esgotamento de uma era de anos gloriosos do capital⁴. Apesar de toda influência mundial, o movimento estudantil foi precursor de lutas políticas específicas no país. O descontentamento com a ditadura; o arrocho salarial dos operários que já encontravam em número bastante elevado; a crescente urbanização; aumento da classe média buscando acesso ao ensino superior, tudo isso, unido ao movimento dos estudantes, caracterizou um diferencial no ano de 1968.

Os estudantes buscavam junto aos governantes um ensino público e gratuito, uma reforma no ensino superior com participação estudantil de forma democrática. Havia também uma preocupação com os problemas econômicos e cerceamento da liberdade dos movimentos fortemente reprimidos pelo Estado Ditador, além de restrito acesso ao ensino superior.

Em uma das passeatas organizadas pelo movimento estudantil, houve repressão intensa da polícia com a morte de um estudante. Um espírito de revolta tomou conta da população e as passeatas, então, se espalharam pelo país a repressão endureceu com a morte de outro estudante. A partir de então, o movimento dos trabalhadores começou a contestar medidas tão duras contra as reivindicações dos estudantes. Assim, unidos com as centrais sindicais, juntos tomaram as ruas com passeatas e greve. Foi um movimento operário estudantil fazendo frente ao Estado repressor. Segundo ANTUNES (2008):

Estas lutas sociais a partir do espaço produtivo agregavam um componente explosivo à crise estrutural do sistema capitalista, ajudando a obstar a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-II Guerra; além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação, as lutas de classes ocorridas em 1968 solapavam o domínio do capital pela base e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. ANTUNES (2008, p. 81)

A repressão aos movimentos de centrais sindicais, operários e estudantes era a única forma de manter a ditadura de 1964 e aumentar os ganhos do capital no Brasil.

⁴Período de expansão das políticas sociais públicas, entre 1945 e 1975, denominado *Anos Gloriosos*, caracterizado pela ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial e pela regulação sistemática do Estado nas relações sociais e econômicas, nos países centrais (ARRAIS, 2012, p. 69).

Milhares de estudantes e líderes políticos foram presos, torturados e desaparecidos. Estes foram golpes fatais que enfraqueceram o movimento ao longo de 1968, até chegar a seu ápice mais perverso: o Ato Institucional 05 (AI-5), dando plenos poderes ao governo para proibir e censurar todos e quaisquer atos, manifestação e luta por direitos.

Silenciado, não restou outra alternativa para o movimento estudantil senão a clandestinidade e a luta armada. Houve uma tentativa de ressurgir na década seguinte, mas o sistema repressor prende vários estudantes, desarticulando o movimento. Na década de 1980, o movimento estudantil participa das *Diretas Já* e do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, porém, sua intensidade é bem menor, até ocorrer as dissidências dentro do movimento, dividindo e enfraquecendo a ponto de começar uma nova entidade, o Movimento Estudantil Popular e Revolucionário.

A partir de então, o movimento estudantil e a UNE entram em refluxo, com movimentos de menor escala, que vão diminuindo de intensidade ao longo da década de 1990, sendo, nessa época, que a entidade é aparelhada pela União da Juventude Socialista (UJS, 1984).

Em 1995, durante o Congresso da UBES, ocorre a primeira dissidência estudantil da entidade, quando a segunda maior bancada decide se retirar do debate, fazendo um chamado para que todos os estudantes, tantos universitários como secundaristas, rompam com a entidade. Dessa dissidência surge o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR).

O ensino superior no Brasil: A Reforma de 1968

Essa reforma traz em seu corpo ideias do movimento estudantil, tamanha a dimensão da luta travada por esse movimento neste mesmo ano. É uma versão diferenciada do projeto de Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília. A lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, traz em seus artigos 11 alínea “f” e 12 §3º, dentre outros:

- Decretou a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade.
- Aboliu a cátedra e instituiu os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa.
- Implantou o sistema de institutos básicos.

- Estabeleceu a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante. (BRASIL PLANALTO, acesso em 20/06/2014)

Esse tipo de organização das Universidades se aproximava das demandas do movimento estudantil, porém, com um regime extremamente repressivo. Na prática, não funcionava como o idealizado. Se essa reforma trouxe inovações positivas em seu bojo, criou condições para uma expansão do ensino privado que se preocupava apenas com a transmissão de conhecimento e profissionalização, se afastando das atividades de pesquisa e da formação de intelectuais críticos.

Para Martins (2009), o ensino privado estruturado pelo Estado junto ao interesse do capital tem moldes de empresas educativas com vistas no lucro econômico de modo paliativo, e atende demandas imediatas de estudantes e do mercado. Sem negar, evidentemente, o crescimento substancial no número de vagas nesse período, com o crescimento exponencial da rede privada, ainda assim não supriu a crescente procura por vagas.

Há que se levantar que esse período foi de esgotamento do modo de produção fordista e um exaurimento dos anos gloriosos do capital, provocando uma insatisfação em massa. Segundo Antunes (1999), o fordismo, que expropriava e intensificava o trabalho repetitivo dos operários em massa, retira dele qualquer modo de participação no processo organizacional do trabalho. O período de expansão do capital estava esgotado, desencadeando as lutas do movimento operário que ocupavam empresas e as mantinham funcionando sem os “adestradores de plantão”.

Com isso, a visão do capital de que os trabalhadores eram capazes de controlar as empresas demonstrava que poderia utilizar não só sua força braçal, mas, também, sua inteligência, suas ideias e capacidades no circuito produtivo. O capital se utiliza dos anseios da classe trabalhadora para retomar uma nova reestruturação do capital, o novo modo produtivo que estava por vir: o Toyotismo, ampliando sua exploração agora no trabalhador polivalente com extração da força física e intelectual (ANTUNES, 1999).

Como exposto, a crise do capital coloca os países emergentes a se posicionar a favor do mercado e a exploração rompe as barreiras nacionais. Tudo passa a ser mercadoria, inclusive a educação que no Brasil deu sua escalada para o setor privado. Para atender, em parte, os anseios do movimento estudantil de ampliação de vagas, a

estratégia do Estado é expansão do setor privado. Para Pereira (2008), dessa forma, o Estado abria um mercado lucrativo para expandir o capital; se eximia de investir numa educação pública, laica e de qualidade e ainda respondia politicamente as expectativas das camadas médias na obtenção de diploma, garantindo, dessa forma, uma legitimação ao regime.

A influência norte-americana no país sinalizava a legitimação da privatização do ensino superior:

[...] bem como de sua reconfiguração de forma que o tornasse mais eficiente e racionalizado, sob o formato de uma universidade empresa; este seria o significado de modernização do ensino superior, isto é, uma universidade conformada às necessidades constantes do modo de produção capitalista de revolucionamento das forças produtivas que incluem a ciência e a tecnologia. (PEREIRA, 2008, p. 116)

A intensificação e expansão do nível superior em estabelecimentos privados chega, em meados dos anos 1980, com mais de sessenta por cento do número de vagas (SAMPAIO, 1991, p.18).

Com o fim do regime de ditadura militar, na década de 1980, os movimentos sociais se multiplicaram com diversas bandeiras dos trabalhadores, dentre as principais: saúde, educação, segurança, previdência, assistência, etc. O marco desse movimento foi a Constituição Federal de 1988, chamada de *Constituição Cidadã*, que positiva uma série de direitos, responsabilizando o Estado na efetivação dos mesmos. Na educação, porém, a Constituição Federal, em seu artigo 205, traz: “A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. (BRASIL, 1988)

Os anos que se seguem vão na contramão das conquistas constitucionais. Ditames dos organismos internacionais imersos na nova ideologia neoliberal colocam o ensino superior, mais uma vez, nas mãos do capital. O Estado, para se integrar à economia mundial, diminui suas funções principalmente no que diz respeito às políticas sociais, na qual se inclui a educação. As recomendações da nova ideologia, aprovadas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, são de ajuste fiscal, privatizações, liberação do comércio, reforma administrativa que atinge diretamente a previdência e a assistência social, restritos recursos para educação pública e fomento a iniciativa privada, desregulamentação das relações de trabalho. Essas recomendações trouxeram um período de retração dos movimentos sociais e sindicais, desemprego estrutural, arrocho salarial e instabilidade social (MARE, 1995).

A expansão do ensino superior no Brasil passou por duas fases de grande expansão. A primeira fase ocorreu no período da Ditadura Militar, no ano de 1968, citado anteriormente, onde o número de matrículas aumentou consideravelmente, assim como o número de Instituições de Ensino Superior (IES). Desde 1968, já se apontava a necessidade de “oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diversificado” (FÁVERO, Apud PFEIFER, Mariana – UFPR 2006, p.35). Todavia, o período de 1980 a 1995, que compreendeu a abertura política e a redemocratização no país, não houve crescimento significativo da rede de Ensino Superior.

A Educação Superior passa por reformulações no contexto da Reforma do Estado levada a cabo, a partir da segunda metade de 1990. Orientada para a diversificação institucional e de fontes de financiamento, a agenda reformista neoliberal privilegia a saída privatista para responder a demanda crescente de vagas na Educação Superior. Na LDB de 1996 já está posta a abertura mercantil quando, no Art. 45, dispõe que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicos ou privados, com variados graus de abrangência ou especializações” (BRASIL, 1996). A “diversificação” contribuiu para uma expansão sem precedentes do Ensino Superior no Brasil via rede privada, desde 1995, estimulando a criação de universidades, pequenas faculdades, cursos superiores de curta duração entre outros. “Esse período foi de explosão de crescimento do ensino superior no país, essa grande expansão nacional ocorreu em

razão do crescimento da rede privada e nos anos recentes em virtude do processo de diversificação das instituições”. (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006).

A implementação de medidas para a redução do Estado, com base na ideia de “Estado Social-Liberal” (BRESSER PEREIRA, 1997)⁵, que, atingindo diretamente as políticas sociais públicas, consagra o repasse dos serviços considerados “não-exclusivos” para as organizações públicas não-estatais e privadas, onde, no escopo, encontram-se, fortemente, as áreas da educação, saúde, cultura e pesquisa científica.

As medidas reformistas submeteram as políticas sociais à focalização nos setores mais carentes; descentralização da gestão para as esferas estaduais e locais, abrindo para organizações não-governamentais (ONGs) e setor privado; e privatização, com transferência da produção de bens e serviços para o mercado.

A redefinição do papel do Estado é um tema de alcance universal nos anos de 1990, atingindo todas as áreas da vida social dos cidadãos. Nesta reforma, Bresser Pereira enaltece a ineficácia do Estado e seus gastos na área social, e deposita no mercado a solução para a crise do capital, deixando claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser desenvolvidas pelo mercado.

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação, Lei n. 9394\96, fala em seu art. 45º: “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicos ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996). E em seu art. 7º repete o que diz o art. 209 da CF88 Art. 7º, “...O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições” (BRASIL, 1988). Para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, são consideradas instituições privadas de ensino superior as “mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”. Podem se organizar como: com fins lucrativo, sem fins lucrativos, confessionais (de caráter religioso) e filantrópicas. As instituições de ensino superior de caráter público são as criadas, mantidas e administradas pelo poder público, ou por ele incorporadas, e podem

⁵A direita neoliberal, que criticara desde os anos 1930, o crescimento do Estado, não tinha audiência, e agora ganhou adeptos e assumiu uma atitude triunfante. Entendeu que estas reformas orientadas para o mercado que apoiou e ajudou a formular, trariam automaticamente o desenvolvimento de volta, desde que estivessem firmemente direcionadas para o objetivo de Estado mínimo e do pleno controle da economia pelo mercado. Em decorrência era necessário privatizar, liberalizar, desregular, flexibilizar os mercados de trabalho, mas fazê-lo de forma radical, já que para o neoliberal o Estado deve limitar-se a garantir a propriedade e os contratos, devendo, portanto desvincular-se de todas as suas funções de intervenção no plano econômico e social.

ser federais, estaduais, ou municipais. A partir dessas legislações, inúmeros são os mecanismos de fomento a IES privados como a resolução N. 002647, que regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 1.865-4, de 1999, que trata do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)⁶.

Essa legislação trata-se de uma política que tem por objetivo financiar até 75% dos custos da graduação em instituições privadas para estudantes com baixa renda. Nota-se, com este crescimento mercantil da educação superior, um abandono das Instituições públicas e silenciamento do movimento estudantil. Qualquer apoio a estudantes com dificuldades de permanência é orientado para a lógica do mercado. A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento parcial aos bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei Nº 11.096/05⁷, que concede bolsas de estudo em instituições privadas que podem ser integrais e parciais a estudantes que tiverem bom desempenho do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para estudar em cursos de graduação em instituições privadas de Ensino Superior. Em contrapartida, as instituições que aderirem ao PROUNI têm isenção tributária. Como alerta Santos (2005), veja-se:

Com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical. A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores. (SANTOS, 2005, p.146)

A questão da qualidade fica evidente numa expansão quantitativa. Nestes moldes, algumas avaliações foram criadas como as do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em

⁶Lei 12.513 de 2011, Art. 1º: É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria. (<<http://www.planalto.gov.br>>, acesso em 07/10/2014).

⁷Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições⁸.

As avaliações têm reforçado diversas ações de "reformas pontuais" na educação superior nos últimos anos, tais como:

- a) a gradativa desresponsabilização do Estado com o financiamento e a manutenção da educação superior, embora mantendo sobre ela estrito e crescente controle, via sistemas de avaliação, regulação, controle e credenciamento;
- b) o estímulo e as facilidades para a criação e expansão de IES privadas sem e com fins lucrativos;
- c) a indução a que as IES públicas sejam organizadas e geridas à semelhança de empresas econômicas;
- d) a valorização da qualidade acadêmica em moldes administrativo-gerenciais e empresariais: produto, custo/benefício,
- e) o incentivo à competição intra e interinstitucional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001 vem com uma preocupação nas desigualdades das IFES, buscando minimizar a diferença de escolaridade entre negros e não negros, visando reduzir a desigualdade educacional no país, fruto de seu processo histórico educacional excludente; também uma elevação nos investimentos para aproximadamente 7% do PIB para educação. Em 2007, foi lançado o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que busca otimizar a estrutura já disponível nos IFES, seguindo um plano de gestão que tem por meta aumentar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, elevando o acesso à educação superior.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), no Governo Lula, prevê programas de expansão do acesso na rede privada, recentemente. Estes programas se

⁸<http://portal.mec.gov.br>, acesso em 07/10/2014.

voltam para a expansão das Universidades Federais, com a instalação de novas unidades e abertura de novos *campi* em diversas regiões do país. Por meio do *Projeto Expandir*, do Ministério da Educação (MEC), iniciado em 2003, o Governo elevou o investimento de recursos com o objetivo de expandir e interiorizar o Ensino Superior no Brasil. Com a democratização do acesso, a Lei de reforma da educação superior inclui questões polêmicas e inéditas, como a das ações afirmativas e\ou de inclusão social.

A lei nº 12.711/12 dispõe sobre o ingresso nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), vinculadas ao Ministério da Educação. Será reservado em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

O acesso de grande quantidade de alunos de baixa renda nas IFES gera uma realidade ainda não vivenciada por estas Instituições, como falta de condições socioeconômicas para permanência e conclusão da graduação. Sem um olhar sensível a essa realidade que perpassa o social, não se leva em conta que somente o acesso não garante a permanência e conclusão da graduação.

A política de assistência estudantil, desde as lutas da UNE, teve ínfimos recursos e pouca importância. Na década de 1980 iniciaram reuniões de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e estudantis das IFES para discutir políticas de promoção e apoio aos estudantes. Em função das reuniões realizadas, vários documentos foram produzidos, culminando com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários em 1987 (Revista FONAPRACE, 2012). Iniciou-se um grande trabalho de mapear o perfil socioeconômico de todos os estudantes das IFES públicas para lutar por políticas que garantissem a permanência dos alunos na graduação. Em 2010, a assistência estudantil ganha maior importância com o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Seus objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, e reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. É na operacionalização desta política que o profissional Assistente Social vai atuar, efetivando mediações entre a

realidade e os marcos teóricos e metodológicos, de maneira a expandir as condições de igualdade na efetivação do direito a educação.

CAPÍTULO II – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Segundo Boschetti (2008), as primeiras ditas políticas sociais se deram no período da Revolução Industrial, com as grandes massas de trabalhadores em busca por direitos e proteções. Anterior a isso, as legislações tinham um caráter meramente punitivo, repressivo e coercitivo do trabalho, com a finalidade de coibir a mendicância e a vagabundagem.

As lutas pela redução da jornada de trabalho foram um fenômeno denominado “questão social”, que provocou preocupação no Estado. Urgiu uma necessidade de regulamentação social do trabalho, que passava a possuir, nesse período, um novo caráter de grande produtor de valor de troca para acumulação de capital. Para enfrentar as diversas expressões da questão social, padrões de proteção social, foram sendo formatadas ao longo do tempo, de acordo com a dinâmica dessa nova sociedade capitalista, para dar respostas às lutas da classe trabalhadora no intuito, a princípio, não de proteger o trabalho, mas de manter a ordem social. A política social surge exatamente neste contexto, visando amenizar a pobreza e a miséria, em contraste com a abundância.

Embora as políticas sociais venham a ser discutidas e gestadas na ascensão capitalista com a revolução industrial, as lutas da grande massa de trabalhadores eram por regulamentação do trabalho e busca por proteções a idosos, crianças, incapazes, entre outros. O Estado se encontrava na lógica liberal e seu papel era de garantir a liberdade de mercado, e este, junto à sociedade, tinha por objetivo potencializar suas capacidades ditas “naturais”, onde os indivíduos buscam sua subsistência pelo mérito individual. Para a ideologia liberal, o mercado livre e ilimitado assegura o bem-estar coletivo, sendo suficiente para dar equilíbrio nas tensões econômicas e sociais. Somente nas primeiras décadas do século XX, com o crescimento dos movimentos de massa, é que as políticas sociais ganham reconhecimento e efetividade; outro marco é a grande crise do capital em 1929, que remodela o papel do Estado para garantir a manutenção do capitalismo, investindo na expansão das políticas sociais para se legitimar tanto frente à crise, quanto às ideias socialistas.

As políticas sociais se desenvolveram de diferentes maneiras nos Estados nacionais, a depender de processo de formação, forças produtivas, organização dos

trabalhadores, dentre outras, e foram marcadas, em princípio, pela lógica de seguro social com Bismark, na Alemanha, espalhando para vários outros países.

O início do século XX é marcado por uma das piores crises deparadas pelo sistema capitalista, colocando em xeque as bases de sustentação dos argumentos liberais, enfraquecendo seus ideais. Ganha espaço a nova modalidade de linha de produção que revolucionaria o início do século: o Fordismo. Com isso, há um crescimento e organização do movimento operário, fomentando a busca de direitos coletivos aos trabalhadores, e estes passam a ocupar espaços importantes na política e na sociedade. Também a concentração do capital, exigindo que novos empreendimentos somente fossem possíveis com investimentos vultuosos, iniciando, desde então, uma corrida ao capital bancário e sua fusão com o capital industrial. É neste período que o capital financeiro ganha vida própria e passa a dominar cada vez mais espaços, destruindo barreiras e as soberanias dos Estados Nacionais. Os ideais socialistas da Revolução Russa (1917) se estendem aos trabalhadores em todo o mundo, consistindo em ameaça ao sistema capitalista, em crise.

A crise que alcança todo o planeta gera desconfiança dos princípios liberais e do poder da política capitalista, já que agora o mundo tem outro sistema em andamento (socialismo) como referência. É nesse período de declínio econômico, de busca por uma nova ordem social, que as políticas sociais ganham maior ênfase e é consolidada para legitimar o capital e fazer frente ao nascente socialismo. Para Behring & Boschetti (2008), o remodelamento do Estado nas teorias Keynesianas são orientadas para solução da crise com ênfase na importância de reativar empregos aumentar o consumo se utilizando do fundo público e da interferência maciça do Estado na economia. A importância que o Estado vai dar às políticas sociais, assim como seu crescimento, tem como objetivo diminuir os efeitos da crise, legitimar a era do capital e fazer frente às experiências socialistas vivenciadas na Rússia.

A análise da política social revela que são fundantes à sua estrutura, determinações econômicas, políticas, culturais e processo histórico que, na dinâmica da sociedade, com os projetos societários em disputa, vai delineando sua ação. A contribuição marxista aponta um campo analítico do desenvolvimento das políticas sociais em um sistema capitalista e de luta de classes, com perspectiva de potencialidades para direitos à classe dominada, como, por exemplo, a educação e sua efetivação. Para Behring & Boschetti (2008):

A análise das políticas sociais como processo é resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo. (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 36)

Nesse campo, não podemos situar as políticas sociais unicamente de iniciativa do Estado, tampouco da luta da classe trabalhadora. Essa dicotomia seria uma análise rasa da real complexidade das relações sociais. Há de se levar em conta suas possibilidades e seus limites, não se propondo a compreender as políticas sociais como apenas funcional ao sistema de acumulação capitalista, tampouco como a saída para as desigualdades sociais e para emancipação dos sujeitos. No entanto, essa reduz os custos da reprodução da força de trabalho, eleva os níveis de demanda e consumo, servindo como medidas de legitimar o sistema e também amenizar os impactos das desigualdades próprias do capitalismo. Impõe limites aos ganhos do capital, como também garante proteção e direitos aos trabalhadores.

Os subsídios do CFESS para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013, p. 19) aponta a “educação organizada sob forma de política pública se constitui em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos do capital”. Já para Bering (2008), a reflexão das políticas sociais no método dialético considera elementos primordiais para seu desenvolvimento. Por exemplo, a natureza do capitalismo e seu ponto de acumulação e concentração de riquezas. Além da autonomia na condução da política econômica e social, o Estado tem papel na regulamentação e efetivação dessas políticas, sua prioridade em investimentos sociais ou econômicos, sua tomada de decisão com autonomia ou com ditames dos organismos internacionais, se na formulação de direitos favorece os trabalhadores ou na retirada destes, favorecendo empresários. A organização da classe trabalhadora pode definir a atuação do Estado, se expande investimentos no social ou na economia.

Com toda atmosfera de crise em que se encontra o mundo, os reflexos no Brasil são latentes, apesar das relações capitalistas aqui serem bem diferente daquelas dos países centrais. Este período de crise econômica mundial é marcado por processos dos mais diversos na economia e, principalmente, políticos e sociais brasileiros. O capitalismo no Brasil se dá de maneira diferenciada, impregnado de características de seu passado histórico. Nascimento (2012, p. 11) trata do “continuísmo na história política brasileira

que convive com resquícios do seu passado enquanto colônia de exploração”, voltada para enriquecimento da coroa portuguesa; dependência do mercado externo; uma sociedade escravista levada até as últimas possibilidades de exploração do trabalho e da acumulação; quando em suas mudanças de cima para baixo, traz consigo um desenvolvimento desigual com formação social sem qualquer qualificação. Assim, para Bering (2008):

A transição para o capitalismo no Brasil é marcada pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fundamental para se pensar a configuração da política social no Brasil. (Bering, 2008, p. 73)

E essa transição não é tomada pela luta do povo ou apenas por opção das elites, é marcada quase que por uma imposição e pelo dinamismo dos acontecimentos a nível mundial, que se adapta a um sistema colonial marcado pelo patrimonialismo, clientelismo, favor e tutela que marcam a maior parte das tomadas de decisões, desde então. Os avanços foram relevantes e inquestionáveis, porém, resquícios de tais categorias do passado nas atuais políticas retrocedem em sua efetividade e contaminam sua execução.

O Estado brasileiro, devido a seu processo histórico de sociedade escravista e aos anseios de sua elite em se manter no poder, não se posiciona em estabelecer qualquer forma de proteção social, deixando a cargo da igreja (católica) a benemerência e o tratamento a pobres e miseráveis. O Estado é utilizado como uma maneira de se institucionalizar a permanência das elites dominantes no poder, confundindo e tomando o público como privado, atendendo a seus próprios interesses.

Tal situação estrutural impede uma tomada de consciência da classe trabalhadora. Para Fernandes (1987), “num clima de mandonismo, paternalismo e conformismo imposto na recém sociedade existente, como se o trabalho fosse um desdobramento, extensão do trabalho escravo”. Dessa maneira, quaisquer manifestações da classe trabalhadora eram vistas como algo inadmissível, tratadas com forte repressão do Estado ou por cooptação e corrupção, atitudes ainda presentes na atualidade com suas raízes no passado histórico. Não se pode negar as manifestações da classe trabalhadora no início do século XX por proteção social, no entanto, o crescimento das políticas sociais

nos seus diversos períodos de expansão no Brasil busca legitimar o poder das classes dominantes, principalmente em governos ditatoriais, ou atender setores com papel fundamental na economia. As primeiras tímidas legislações sociais no Brasil no final do século XIX e início do XX foram para categorias essenciais ao progresso econômico do país.

A década de 1930 foi um marco na política brasileira com a mudança de governo, saindo do eixo São Paulo-Minas Gerais, e também com a crescente mão de obra assalariada e crescimento das cidades com determinações de acontecimentos no mundo que refletem no Brasil suas consequências. O governo de Vargas, aliado de um setor industrialista, alavanca uma onda modernizadora pelo país. A educação é necessária para essa nova fase desenvolvimentista e é também uma bandeira de luta da classe trabalhadora que precisa se qualificar para o novo mercado de trabalho. As classes médias reivindicam mais acessos a Universidades e o nascente movimento estudantil busca assistência do Estado na garantia e permanência no ensino superior. Mészáros (2006) se posiciona em relação à educação como:

Um propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma internalizada, aquela aceita pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica impostas. (MÉSZAROS, 2006, p. 35)

É nesse período que emerge o enfrentamento da questão social e o movimento estudantil se organiza na busca de políticas públicas para ampliação do direito à educação e ampliação do ensino superior. Esse período converge com maior introdução e expansão das políticas sociais no Brasil, criação de vários ministérios, inclusive o da Educação e Saúde, em 1930, e expansão dos direitos sociais, que se contrapõem com restrição dos direitos civis e políticos com a ditadura de Vargas (1937-1945). A disputa de projetos limitou o campo das políticas sociais marcadas por seletividade e lentidão. O interesse em foco era voltado a acalmar a instabilidade política. Bering (2008) comenta “as propostas que já estavam em pauta desde a Era Vargas, como a Lei Orgânica da Previdência Social e outros acontecimentos, que dificultou consensos em torno do projeto nacional que expandisse as políticas sociais”.

A gênese da trajetória histórica da assistência estudantil no ensino superior remonta à década de 1930. Eram, em princípio, programas de alimentação e moradia. Seu desenvolvimento e ampliação foi a partir das organizações dos estudantes desde a formação das primeiras Universidades Públicas e, principalmente, em 1968 – em plena ditadura citado no capítulo anterior – e na década de 1970, com o Departamento de Assistência Estudantil (DAE). Para Faleiros (2011), num contexto de ditadura, a expansão e modernização das políticas sociais buscam uma legitimação e adesão da população ao sistema imposto. No entanto, a falta de investimento nesta área aumentou significativamente a evasão e retenção escolar das camadas menos favorecidas.

A Assistência Estudantil ao longo do tempo vem sendo sucateada. Esforços foram feitos para sua manutenção, no atendimento básico às necessidades do corpo discente. A década de 1980 foi um período de grandes mobilizações sociais em busca de efetivação de direitos na educação superior. O Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, e seu órgão assessor, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), com a finalidade de fortalecer essa política juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Com a Constituição Federal de 1988, obtivemos importantes conquistas sociais. Temos Educação, agora como um direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988)⁹. A lei de diretrizes básicas da educação define a educação em seu primeiro artigo:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LEI nº 9394\96)

Um avanço considerável: a educação ser um direito de todos e dever do Estado positivado na Constituição de 1988. Porém, o ensino superior não expressa totalmente esta garantia, pois não há vagas suficientes e o ingresso se dá por meio de processos seletivos com acirradas disputas. Segundo o texto constitucional, “acesso aos

⁹Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”¹⁰. A meritocracia é bem presente quando relacionado ao ensino superior.

Ganha força o setor privatista, impulsionado desde a ditadura, sinalizando seu fortalecimento de exploração deste mercado extremamente lucrativo. A década de 1990 não ofereceu um terreno fértil para efetivação e desdobramentos das conquistas sociais da Constituição Federal. O período que se segue, segundo Boschetti (2003), é de “contra reforma” do Estado, um retrocesso às conquistas da CF de 1988. Para Paula (2003) “os anos 1990 pareceram significar para os movimentos sociais estudantis e de direitos civis um momento de refluxo. Parecia que o individualismo apregoado pelo capitalismo finalmente contaminara os movimentos sociais, desmobilizando-os e reduzindo suas lutas à mera defesa dos direitos específicos de cada categoria”.

Esta reforma do Estado significa escassos recursos orçamentários e baixa contratação de pessoal, trazendo o sucateamento das instituições públicas federais. O ensino superior passa por reforma no governo de Fernando Henrique Cardoso, com ampliação do ensino superior privado sob as diretrizes dos organismos internacionais. Estes movimentos vinham desde a ditadura, com fomentos estatais e abertura de faculdades com a clara intenção de se obter lucratividade, e não educar. Tal processo, segundo Pereira (2008), alavancou a participação de setores privados em áreas ainda não totalmente exploradas pelo capital, como, por exemplos, a saúde, previdência e educação, principalmente de nível superior. O apoio aos estudantes dependentes da assistência estudantil se torna seletivo ao extremo, devido aos recursos pífios para as universidades.

Os anos 1980, tidos como “década perdida”, com o fim de regime ditador e explosão dos movimentos sociais, foram um terreno fértil para a busca de novas conquistas. No campo da Assistência Estudantil, o protagonismo do Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), foi de extrema relevância. Este foi responsável pelo aprofundamento das discussões e ações sobre assistência estudantil e solicitou a inclusão da assistência estudantil no Plano Nacional da Educação (PNE), definindo como meta prioritária a sistematização de uma proposta de política de permanência no ensino Superior. Trabalharam na elaboração de documentos que mostrassem ao governo ser imprescindível a destinação de recursos para assistência estudantil. Caminharam na contramão dos ditames da nova ideologia mundial em período de encolhimento do Estado em plena conjuntura de hegemonia da ideologia neoliberal de

¹⁰<<http://portal.mec.gov.br>>, acesso em 22/09/2014.

redução de recursos para políticas sociais, e mercantilização da educação. Ainda assim, seus objetivos foram, em grande parte, alcançados, tendo em vista atender em parte as estatísticas estabelecidas por organismos multilaterais e qualificar o maior número de mão de obra para o capital.

O início do século XXI, com a mudança de governo, surge um ar de esperança para a classe trabalhadora quanto as suas lutas, entre elas a educação. No entanto, este novo governo não rompe totalmente com as alianças que foram estabelecidas anteriormente entre Estado e os organismos internacionais. Para Marques & Mendes (2006):

Para que tivesse ocorrido o tão esperado golpe ao imperialismo, seria necessário que as intenções e ações do governo Lula ameaçassem os interesses do imperialismo. Mas o que vimos em seu governo foi exatamente o contrário: no lugar de ameaçar ou de questionar os interesse do grande capital, em especial o financeiro, tratou de sinalizar que se constituía guardião desses interesses. (Marques & Mendes, 2006, p. 63)

No entanto, mesmo sem superar a ordem dominante, revelou um caráter multifuncional e contraditório inerentes ao capital quando traz programas que garantem ganhos à classe trabalhadora. O Programa Universidade Para Todos (PROUNI), criado em 2004 pela Lei nº 11.096/2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem a este programa recebem isenção de tributos.

O Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹¹ busca ampliar o acesso à educação superior. A meta do programa é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em 10 anos, a partir de 2008, e permitir maior ingresso de alunos nos cursos de graduação. Em uma análise das políticas de assistência estudantil com enfoque ao ensino superior, é notória sua expansão e democratização a partir do governo Lula. Políticas de assistência estudantil tornaram-se imprescindíveis para garantir a permanência e conclusão da diplomação superior,

¹¹A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003, com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114, em 2003, para 237, até o final de 2011. Desde o início da expansão, foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi*, que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

considerando o elevado número de estudantes de baixa renda ingressando nas universidades.

O discurso da política de assistência estudantil ganha relevância com a implantação desses programas. Um aumento considerável de alunos das classes mais baixas acessa as universidades juntamente com gradativas políticas de ações afirmativas. Em 2010, o decreto Nº 7.234 (19/07/2010) institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Os primeiros programas garantem o acesso. No entanto, sem garantir a permanência, tornam-se ineficazes. Para assegurar a efetividade dos programas, a assistência estudantil torna-se imprescindível nas universidades. O governo institui o PNAES com previsão de recursos específicos para assistir os estudantes com baixo poder aquisitivo nas universidades públicas. Segundo Nascimento (2012), essa expansão das IFES não vem acompanhada de qualidade e sua crítica mostra um aumento de acesso sem a mesma proporção de investimentos:

[...] sem desconsiderar o avanço dessa política para educação, seu discurso orientado pelo neodesenvolvimentismo implementa o PNAES na lógica dos mínimos sociais, sob o argumento de ampliação do número de usuários, porém, de forma desarticulada com a qualidade dos serviços prestados. Suas ações preveem maiores resultados à custa de menores investimentos, a forma como a política se estrutura caminha para uma lógica de “políticas pobres para pobres”. (NASCIMENTO, 2012, p. 23)

Este programa faz parte de infintos debates sobre o acesso e a permanência no ensino superior. Embora seja considerado um importante avanço na consolidação da política de assistência ao estudante, recebe críticas de quem faz uma análise minuciosa sobre a política, determinada por ação focalizada e seletiva, pois constituem em manutenção dos pobres a índices aceitáveis.

Contudo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Seus objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III – reduzir as taxas de retenção e evasão, e

IV – contribuir para a promoção da inclusão da educação. (PNAES, 2010)

O PNAES foi formulado pelo FONAPRACE a partir do conhecimento do perfil dos estudantes nas Universidades Federais e de estudos e debates no âmbito do Fórum, bem como a mobilização de estudantes e de outros setores da comunidade acadêmica. Mesmo a duras críticas, contribui para a superação em grande parte do elitismo da Educação Superior presente desde sua gênese, citado no histórico da educação. O repasse de recursos para esse programa foi gradativo desde sua implantação, em 2010.

Como todas as políticas e programas que viabilizam acesso nestes programas de expansão da educação superior, é pertinente a implementação de estratégias e profissionais que permitam sua operacionalização, para alcançar seu objetivo proposto. Da equipe multidisciplinar que atua nestas áreas, se encontra o profissional Assistente Social.

Experiência na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) em estágio supervisionado

É na perspectiva do PNAES e desse público-alvo – estudantes participantes de programas de assistência estudantil – que este trabalho é projetado, quando eu me situei na condição de estagiária em estágio obrigatório supervisionado. Acompanhei por dois semestres consecutivos os profissionais executores dessas políticas, como Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos, na DDS da Universidade de Brasília (UnB).

A UnB é uma instituição pública de ensino superior, integrante da Fundação Universidade de Brasília (Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961), com sede na Capital Federal. A DDS da UnB foi aprovada pelo ato da reitoria nº 429/86, tendo como nome original Diretoria de Serviços Sociais, com objetivo de planejamento, coordenação, controle e a avaliação dos programas e projetos de prestação de serviços sociais à comunidade universitária.

O Serviço de Programas Social (SPS), vinculado à DDS, é responsável pela seleção socioeconômica para os Programas de Assistência Estudantil, tais como: Bolsa de

Alimentação, Moradia Estudantil, Bolsa de Permanência e Vale-Livro, bem como pela administração dos Programas Bolsa de Permanência, Vale-Livro, em parceria com a Editora UnB (EDU), e Bolsa de Alimentação, em parceria com o Restaurante Universitário (RU).

Durante a trajetória de acompanhamentos dos processos de trabalho a que o Assistente Social estava inserido, observei a importância do trabalho desse profissional na vida acadêmica dos estudantes de baixa renda. Já no quinto semestre, conhecendo algumas realidades de colegas com dificuldade de se manter na graduação, percebi que grande parte dos alunos não conhecia os programas ou como acessá-los. Inclusive, somente tive conhecimento da Diretoria e dos programas da assistência quando me apresentei no estágio e dei início aos acompanhamentos.

Os meios pelos quais os estudantes têm acesso à informação sobre a assistência estudantil são, primeiramente, na recepção dos calouros, onde um folder explicativo é entregue com outras dicas importantes de funcionamento e disposição dos serviços da Universidade, e no site da instituição. O vislumbre de estar numa Universidade Federal para um público oriundo das classes menos favorecidas não lhes dá, em princípio, a dimensão da realidade a ser enfrentada nos semestres seguintes. Diante da vivência nesse ambiente, me pareceu insuficiente os meios de informações dos programas à comunidade acadêmica. A partir de então, focamos o projeto de intervenção em descobrir o grau de conhecimento por parte dos estudantes dos programas oferecidos pela Universidade de Brasília, e a possibilidade de expandir a visibilidade da DDS e os programas ali operacionalizados, através de outros possíveis meios de comunicação.

Dos estudantes que acessam a Diretoria é feita uma seleção socioeconômica realizada por uma equipe de Assistentes Sociais, que analisam com critérios técnicos específicos, ou por meio de editais institucionais, as solicitações dos estudantes para participação nos Programas. Os interessados preenchem um formulário próprio e apresentam documentos que comprovam a situação socioeconômica do grupo familiar e/ou do estudante no SPS/DDS, em data divulgada em edital, Calendário do Aluno, folder enviado aos calouros e cartazes afixados na DDS. Após análise socioeconômica, os estudantes são classificados como Participantes ou não dos Programas de Assistência Estudantil.

O processo de trabalho em que o Assistente Social está inserido na DDS deve desenvolver sua capacidade de refletir nas demandas individuais dos estudantes,

analisando as dimensões de totalidade e particularidades que possuem. O Assistente Social deve dispor de informação que lhe possibilite, dentro da teoria crítica, revelar novas faces da questão social que na dinâmica da sociedade desafia o profissional em seu trabalho diário. Nesta orientação, os instrumentais utilizados (estudo socioeconômico, relatórios, pareceres, visitas domiciliares, etc.) devem ter a finalidade de viabilizar direitos e amenizar as desigualdades, dotando os usuários/estudantes da real via de direito.

Segundo Couto (2009), o profissional deve estar preparado para as diversas e inusitadas demandas que surgem na dinâmica do dia-dia, tanto em quantidade como em qualidade, dado o número de profissionais para a demanda, serem inversamente proporcionais. É preciso encontrar inovações que não comprometam o projeto ético-político da profissão.

Como trabalhador especializado, o assistente social deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico-metodológica. (COUTO, 2009, p. 3, apud PAIVA, 2000, p. 81).

Dessa forma, o projeto de intervenção se desenvolveu com intuito de apresentar o grau de conhecimento da comunidade acadêmica em relação aos serviços prestados, assim como sua importância em expandir os meios de acesso à informação para além dos propostos pela Instituição. Assim, seguindo orientação do projeto ético-político do Serviço Social, em ampliar a cobertura dos programas no sentido universalizante.

Foi realizada uma pesquisa com 100 estudantes, sendo 60 veteranos e 40 calouros, selecionados aleatoriamente. Um questionário de participação voluntária foi aplicado em turmas introdutórias nos Centros Acadêmicos (CAs) e Instituto Central de Ciências Sul e Norte (ICC), em horários e dias diferenciados, por duas pesquisadoras, visando alcançar uma maior diversidade de estudantes. O questionário foi composto de três questões orientadas a conhecer o grau de informações dos alunos sobre os programas da Assistência Estudantil e a Diretoria de Desenvolvimento Social. Foi uma pesquisa qualitativa, com questões estruturadas e orientadas para respostas para duas opções: afirmativo e negativo¹².

¹²Questionário disponível na seção *Anexo*.

A primeira questão obteve os seguintes dados:

Já ouviu falar ou sabe o que é Diretoria de Desenvolvimento Social?

	SIM	NÃO
NÃO CALOURO	23,33%	76,67%
CALOURO	7,5%	92,5%
Geral	17,0%	83,0%

Na segunda questão:

Você conhece algum Programa de Assistência ao Estudante?

	SIM	NÃO
NÃO CALOURO	58,33%	41,67%
CALOURO	45,0%	55,0%
Geral	53,0%	47,0%

Terceira questão:

Você considera importante ter Programas de Assistência Estudantil na Universidade?

	SIM	NÃO
NÃO CALOURO	90,0%	10,0%
CALOURO	100%	0,0%
Geral	94,0%	6,0%

Pelo resultado da pesquisa, foi preocupante o número de estudantes que sequer sabiam o que era DDS: 83% dos entrevistados. Praticamente metade, 47%, não conhecia os programas de assistência estudantil. E, finalmente, a maioria, 94%, reconhece que é importante a existência dos programas de assistência estudantil. O resultado da pesquisa levantada seria confrontado com os números de solicitações, de estudantes atendidos e demanda reprimida de Participantes dos Programas de Assistência Estudantil, em três dos

seus principais programas, que são: Programa Bolsa Alimentação, Programa Bolsa Permanência e Programa de Moradia.

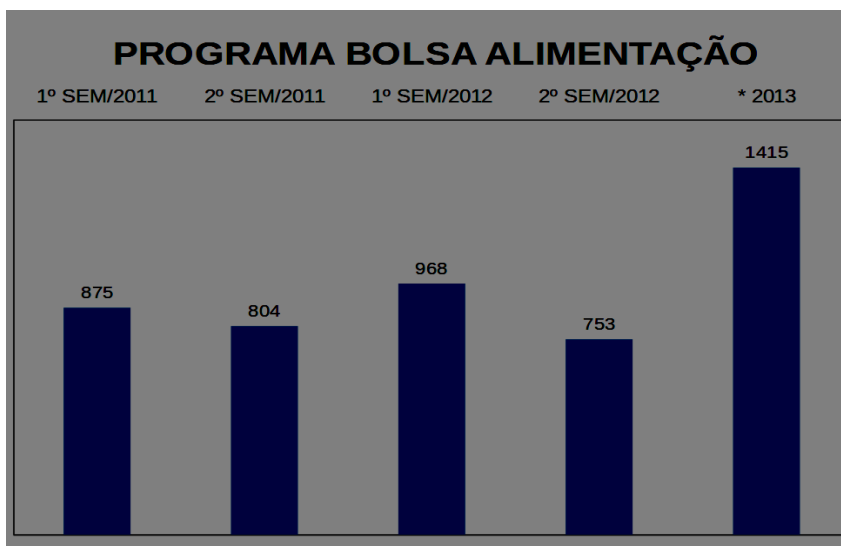
O Programa Bolsa Alimentação tem a peculiaridade de atender a todos os Estudantes Participantes dos Programas de Assistência Estudantil:

1º semestre/2011	875 atendidos
2º semestre/2011	804 atendidos
1º semestre/2012	968 atendidos
2º semestre/2012	753 atendidos
* 2013	1415 atendidos

Dados até 30/10/2013, considerando o primeiro e parte do segundo semestres de 2013. Estes números são aproximados, diante da constante variação de pessoas incluídas e excluídas ao longo do semestre.

Programa Bolsa Alimentação:

1º SEM/2011	875
2º SEM/2011	804
1º SEM/2012	968
2º SEM/2012	753
2013¹³	1415

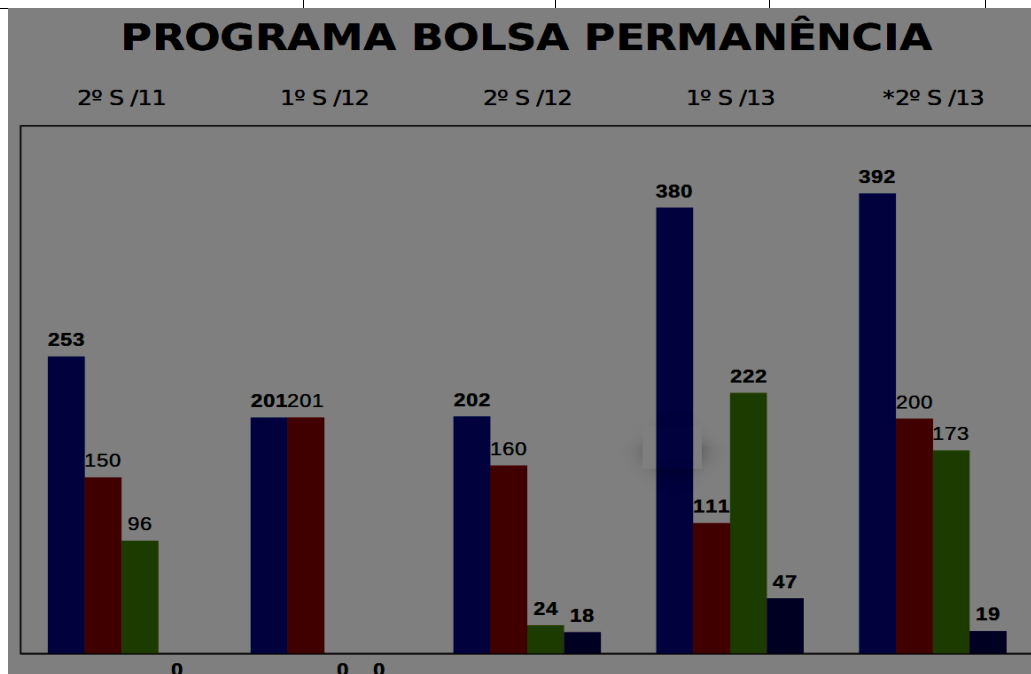


Programa Bolsa Permanência:

	SOLICITAÇÕES	ATENDIDOS	DEMANDA REPRIMIDA	NÃO PERFIL
2º semestre/2011	253	150	96	0

¹³Sem dados precisos do primeiro semestre, devido à rotatividade de estudantes incluídos ou excluídos do programa durante todo semestre, ativos em 31/10/2013.

1º semestre/2012	201	201	0	0
2º semestre/2012	202	160	24	18
1º semestre/2013	380	111	222	47
2º semestre/2013 ¹⁴	392	200	173	19



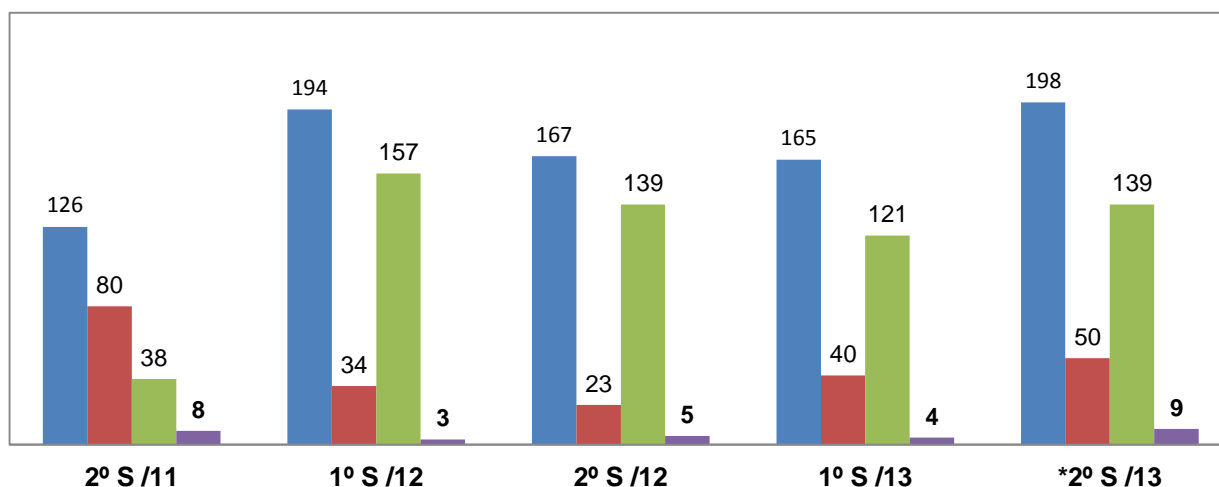
Programa Moradia:

	SOLICITAÇÕES	ATENDIDOS	DEMANDA REPRIMIDA	NÃO PERFIL
2º semestre/2011	126	80	38	8
1º semestre/2012	194	34	157	3
2º semestre/2012	167	23	139	5
1º semestre/2013	165	40	121	4
2º semestre/2013 ¹⁵	198	50	139	9

¹⁴Semestre não finalizado.

¹⁵Dados até 30/10/2013: semestre não encerrado. Com previsão de dobrar o número de atendidos, visto que a Casa do Estudante encontrava-se em final de reforma, com previsão de entrega aos estudantes da demanda reprimida.

PROGRAMA MORADIA ESTUDANTIL



Como está o conhecimento dos estudantes sobre a DDS e os Programas da Assistência Estudantil na UnB? Segundo a pesquisa, muito ainda há por fazer, um processo longo que demanda trabalho coletivo, tomada de decisão por parte dos profissionais da instituição e da comunidade acadêmica. E demanda, também, as lutas do movimento estudantil, que não está à margem desse importante assunto. Durante o estágio, este movimento se encontrava em um processo de construção política de um Centro Acadêmico, para unificar as demandas dos estudantes participantes da assistência estudantil e decisões, como a ocupação da reitoria.

Para atingir seus objetivos, mostraram os avanços de suas demandas junto à instituição e passaram a ocupar salas para funcionamento do CA da Assistência Estudantil (CASSIS). Foi um período de organização e luta dos estudantes da assistência estudantil em evidência. A importância da união desses estudantes é imprescindível para o acompanhamento da dinâmica tanto dos estudantes, quanto da Universidade, na cobertura dos programas, mostrando que a assistência estudantil é um investimento, e não um gasto para o Estado.

Um dos objetivos do projeto foi ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a existência de uma diretoria que viabiliza programas de assistência estudantil. Estes programas garantem a permanência e formação superior, diminuindo as desigualdades entre os estudantes. Sendo assim, outra meta desta pesquisa é ampliar o acesso à informação acerca destes Programas e dar visibilidade a DDS e seus

profissionais, que, mesmo em um espaço físico insuficiente, fazem um trabalho imprescindível na viabilização de direitos.

Lembrando que a Universidade de Brasília é exemplo na questão de deter os maiores e mais diversificados tipos de programas para dar suporte aos estudantes em formação superior. A Resolução do Conselho de Administração nº 0012/2014 é o mais recente avanço desta Universidade na concessão do Programa Auxílio Socioeconômico (PASEUNB), que substitui o antigo Programa Bolsa Permanência da UNB, que previa contra a partida por parte dos estudantes participantes. Agora, juntamente com Programa Bolsa permanência do MEC (Portaria Nº 389 - 2013), o PASEUNB amplia consideravelmente o número de estudantes atendidos e visa minimizar as desigualdades sociais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O processo de formação do profissional Assistente Social se desenvolveu ao longo do seu processo histórico, principalmente nas últimas décadas, e contemporaneamente não se resume somente a execução final das políticas, mas participa do processo de planejamento e ampliação das políticas sociais. Lucia Lopes (2013) fala da contribuição do Serviço Social nas ações dos profissionais que são orientadas pelo Projeto Ético Político, e o produto de seu trabalho contribui com a produção e reprodução da vida social, interfere também no conhecimento, nos valores, na cultura, que consiste no processo de reprodução ideológica dos sujeitos sociais.

CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Na era da industrialização, as mudanças no processo produtivo e no modo de acumulação geraram o crescimento da pobreza ao ponto de expressar em uma ameaça à ordem. Marx teorizou as relações contraditórias no nascente sistema, de um lado o trabalho social coletivo de outro a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Com a separação do trabalhador dos meios de produção, o crescimento da pobreza se revelou de forma diferenciada, não mais relacionada à falta/escassez, mas a sua generalização em meio à abundância de produtos (De Sousa, 2010).

O novo fenômeno da pobreza foi denominado “questão social” e remete à organização dos trabalhadores reivindicando junto a capitalistas e ao Estado melhores condições de vida, assim como algumas regulamentações no processo de trabalho. Essas lutas, consideradas uma ameaça à ordem política e à moral, foram vistas como caso de polícia, precisando de uma busca para encontrar saída para seu controle. Questão social:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

É dialogando com esta definição que encontramos a gênese do Serviço Social, profissão vinculada, em princípio, à igreja, que se incumbia de mediar os conflitos e manter a ordem social, e tratava os problemas sociais como individuais. No entanto, na década de 1930, destacamos que a trajetória histórica da assistência estudantil e do Serviço Social são interligados pelo período turbulento no âmbito social, econômico e histórico que o Brasil estava atravessando. Este é o período de progressivas mudanças e institucionalização das políticas sociais que tinham por objetivo intervir na extrema

pobreza da população, visando amenizar os conflitos. As agitações políticas dessa época tinham como protagonista sujeitos diversos como trabalhadores, uma nascente classe média, militares e industriais que se organizavam em grupos de associações, sindicatos e partidos políticos.

A institucionalização do Serviço Social se dá neste contexto com a criação de cursos de Serviço Social para se ter um profissional com formação técnica e intelectual apta a atuar nos conflitos da classe trabalhadora, oferecendo condições de reproduzir o capital em seus diferentes ciclos (Subsídios para atuação do Assistente Social na política de educação, p. 16). O movimento estudantil nascente reivindica direitos à alimentação, à moradia e a uma assistência estudantil que permita sua permanência na graduação. São demandas apresentadas aos assistentes sociais em relação à educação, desde o início da profissão. A Constituição de 1934 previa recursos para alunos necessitados:

Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (BRASIL, 1934).¹⁶

Para Barroco (2010), o enfrentamento da questão social de forma moralizante foi a forma de dar resposta a reprodução do capital *versus* trabalho, sustentado por um conservadorismo moral. Esse conservadorismo vem desde sua formação como efetivação de um projeto social da igreja, com influências das ideologias neotomistas de determinar o “certo” e “errado”. Nesse sentido, busca moralizar a realidade para manter a ordem. Essa forma de entender a realidade explicita valores morais e pressupostos teóricos-políticos encontrados tanto no positivismo, quanto no neotomismo, bases da formação profissional em sua origem (Barroco, 2010).

¹⁶< <http://www.planalto.gov.br>>, acesso em 03/10/2014.

A conduta profissional do Serviço Social com sua educação moralizante reforça e internaliza esse elemento na socialização para com os indivíduos. Expressando a defesa da ordem posta, como se as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e obtenção de direitos fossem desordem, dessa forma, a educação dos assistentes sociais com sua população usuária tinha por objeto superar os conflitos. O assistente social se posicionava como educador social, mantendo comportamentos conservadores e reprodutores de moralismo.

A questão social surge com a organização dos trabalhadores reivindicando direitos. E essa organização tem grande potencial que vai de encontro à dinâmica capitalista. A educação moral tem por finalidade combater qualquer conflito social com o claro objetivo de inibir os movimentos sociais e conservar a ordem.

Entendida dessa forma, a “questão social” não se refere apenas à existência de desigualdades, mas às formas históricas de seu equacionamento, em face do significado político das lutas proletárias. Quando o capitalismo evidencia e aprofunda suas contradições, a “questão social” torna-se alvo de respostas sistemáticas por parte do Estado e das classes dominantes, para garantir a reprodução da força de trabalho, mas, principalmente, para evitar qualquer manifestação que possa pôr em questão a ordem social. (Barroco, 2010, p. 83).

O fundamento ético do Serviço Social se orienta pelos princípios da filosofia neotomista e positivista, considerando a ordem das coisas como naturais, com parâmetros da educação cristã a serem seguidos. Essa ética profissional defendida pela profissão reproduz a ordem burguesa de preconceitos e discriminações que se opõem à liberdade dos indivíduos. Nos anos 1960, há um questionamento desses valores praticados, com vistas à possibilidade de alternativas para uma possível mudança. O contexto mundial dessa década entra na história como revolucionária, os capítulos anteriores trazem fatos como expansão da educação superior, período de ditadura, crescimento dos movimentos sociais e estudantis e a recusa em aceitar as normas, valores e tradições conservadoras. Foram os denominados “anos rebeldes”¹⁷.

¹⁷Período de sonhos e utopias, em que se contestavam, das mais variadas formas, a ordem social, econômica (capitalismo), política e cultural então vigentes, propondo, em seu lugar, a cultura do Paz e Amor, novas formas de se comportar, de se relacionar, e de intervir no mundo.

No Serviço Social, há um espírito de mudança ideológica do pensamento conservador internalizado na profissão. Sem negar, entretanto, a capacidade dos pioneiros da profissão, que, mesmo conservadores, alcançaram conquistas como a regulamentação da profissão e instituições representativas. A profissão enfrenta as polêmicas inseridas em seu fazer e em sua metodologia, gerando uma proposta de reconceituação ou renovação do Serviço Social. Netto (1996) analisa essa renovação e identifica três tendências nesse contexto. A primeira, “perspectiva modernizadora” (funcionalismo); segunda, “reatualização do conservadorismo” (fenomenologia); terceira, “intenção de ruptura” (tradição Marxista). As discussões das diversas correntes teóricas dentro da profissão levaram ao estudo da centralidade do trabalho na concepção de Marx. Sua origem ontológica da transformação da natureza pelo homem para atender suas necessidades e com isso transforma a si mesmo.

A produção de riqueza vem diretamente da força de trabalho do trabalhador e esse trabalho é alienado, pois não se desenvolve para responder suas próprias necessidades, mas a de outros. Analisando o método crítico dialético de Marx, a profissão sai de sua visão endógena e amplia sua compreensão nas determinações éticas de seu processo histórico visando superar sua origem conservadora. Suas bases teóricas devem ser repensadas, negando valores éticos conservadores para reconstruir uma fundamentação ontológica da ética. E na complexidade da ética não há possibilidades de fugir de escolhas, posicionamentos e responsabilidades.

Na interação entre os homens buscou-se finalidades coletivas. O pensamento do Serviço Social analisa uma teoria visando alcançar o coletivo e sair da culpabilização dos indivíduos. Essa busca por parte dos profissionais em conflito com sua base teórica conservadora remete à busca consciente de superação dos preconceitos, estereótipos e maior participação na política para construção de um novo paradigma. Com a sociabilidade – importante categoria para o Serviço Social – advinda do trabalho em seu fundamento ontológico, se desenvolve a moral. A partir da categoria “trabalho”, outros papéis vão sendo construídos e se modificam na dinâmica social, e também se desenvolvem nos processos de trabalho do Assistente Social. Na sociabilidade, os indivíduos expressam valores e princípios de seu tempo, internalizados e orientados pelos próprios indivíduos como orientação de valor.

O senso moral ou moralidade é uma medida para julgar se os indivíduos estão socializados, ou seja, se são responsáveis por seus atos e comportam-se de acordo com as normas e valores socialmente determinados. Por isso, a moral tem uma função integradora; estabelece uma mediação de valor entre o indivíduo e a sociedade, entre sua consciência e a prática. Produz novas mediações; influi, por exemplo, nos sentimentos, na medida em que valoriza os comportamentos e se reproduz por deveres. Quando um indivíduo não cumpre um dever estabelecido, é julgado moralmente e sente-se “envergonhado”, ao contrário quando se comporta conforme o dever é ‘admirado’ e sente-se orgulhoso. (BARROCO, 2010, p. 42 e 43).

A interferência da moral nos papéis sociais expressa identidade de classe e influencia o caráter porque integra a ação humana, e faz parte da vida cotidiana. Essa moral é reproduzida também de forma espontânea. A moral, de acordo com as normas e valores socialmente aceitos, contribui para integração social. Porém, alheias às capacidades emancipadoras do homem, além de sua fragmentação, da moral expressa em subdivisões de valor “moral do trabalho”, “moral sexual”, “moral dos negócios”, etc. (Barroco apud Heller, 1997). Para julgar a moral é preciso uma reflexão ética que é construída no processo histórico e tal reflexão somente é possível saindo do cotidiano. A parada para reflexão suspende o cotidiano, sendo possível analisá-lo criticamente. Dessa reflexão ontológica, a ética ultrapassa o singular e se eleva aos valores humano-genéricos.

No movimento de reconceituação, o Serviço Social estava imerso nestas categorias para desvelar suas formas alienadoras de trabalho e ultrapassar esses conflitos numa perspectiva totalizante e crítica, capaz de superar suas formas de ser e pensar. O trabalho, em seu sentido ontológico, opera dialeticamente categorias como sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade, fundamentais para o novo pensar do Serviço Social. Na busca de ruptura com seu conservadorismo, o Serviço Social tece seu projeto ético-político, reconhecendo a liberdade como seu valor ético central. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (Código de Ética do Assistente Social, Lei Nº 8.662/93 CFESS, Brasil).

No início da profissão, o projeto profissional contribuiu para a reprodução das relações capitalistas, com enfrentamento da questão social de forma moralizante, influenciado pelo positivismo e pelo neotomismo, junto ao processo cultural brasileiro, vinculando a ideia de favor, ajuda e benemerência às ações que recaiam para uma responsabilização do indivíduo nos conflitos. Girando em torno da defesa da família, da

propriedade privada, da hierarquia e da ordem, negando categorias como justiça social, liberdade e superação da ordem posta.

O Serviço Social começa a tecer um projeto profissional que propõe mudanças em seu direcionamento, visando à possibilidade de uma nova sociedade. Em geral, há vários projetos em disputa com os mais diversos objetivos a alcançar. São projetos individuais, coletivos e societários. Os assistentes sociais constroem esse projeto com olhares diversos, ampliando seu referencial teórico e sua relação com os usuários, sustentando seu exercício legal e fortalecendo suas ações profissionais em direção a este projeto que defende os interesses da classe trabalhadora, articulando com outros seguimentos sociais. Netto e sua referência aos projetos profissionais:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços com outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (NETTO, 1999, p. 95)

Conceituando cada palavra do termo “Projeto Ético-Político”, Matos (2013) compreende **Projeto** – como a intencionalidade, construção teleológica, ao projetar a ação o homem realiza escolhas que evidencia seus valores. Nenhuma ação projetada pode ser neutra, em nossas escolhas lidamos com valores. Projeto também dá uma ideia de construção. **Ético** – lida com valores que são assumidos pelos indivíduos que internalizados se materializam nas “ações” ou “omissões”. A ética é composta de valores da concepção de mundo de cada um, tomando forma no cotidiano a partir das escolhas assumidas. Dentro das profissões, refletir sobre o referencial teórico e a indicação do dever ser, com objetivos a alcançar. **Político** – não há neutralidade nos projetos profissionais, assim qualquer deles sempre está vinculado a um projeto de sociedade, alguns dentro da mesma perspectiva conservadora, outros contrários aos projetos hegemônicos com maior dificuldade de se efetivar, como é o caso do Projeto Ético Político do Serviço Social.

A luta inscrita no Projeto da profissão objetiva, em princípio, minimizar os processos de exploração e atender anseios da classe trabalhadora que se materializam nas políticas sociais, uma intervenção do Estado nas expressões da questão social. Atuando nestas políticas, o Estado se legitima como mediador das classes antagônicas exercendo controle sobre a população.

Os projetos implicam valores éticos e atos conscientes de seus agentes e sua relação inserida entre indivíduos e a sociedade. O modo de sua construção, a partir das necessidades sociais, segundo as demandas postas aos profissionais assistentes sociais, as respostas a tais demandas contêm várias dimensões filosóficas, morais e normativa que fazem parte do arcabouço ético profissional. Barroco (2010) esmiúça essa composição:

[...] o modos de ser da profissão que diz respeito: 1- a moralidade profissional (consciência moral dos seus agentes objetivada na teleologia profissional), o que reproduz uma imagem social e cria determinadas expectativas: 2 - ao produto objetivo das ações profissionais individuais e coletivas; normalização objetivada no Código de Ética Profissional, com suas normas, direitos, deveres e sanções. Tais dimensões articuladas entre si operam outras mediações, todas numa intenção profissional dirigida a uma determinada direção ético-político e uma prática profissional comprometida com seus objetivos. (BARROCO, 2010, p. 69 e 70).

Os agentes profissionais, por sua vez, se organizam para atender as finalidades propostas na direção construída coletivamente com práticas comprometidas com o direcionamento proposto. O movimento de reconceituação do Serviço Social se desenvolve a partir de circunstâncias e conjuntura política-histórica de desejo a mudanças. A década de 1960 foi tida como revolucionária, potencializando o projeto de mudança. Os chamados “anos rebeldes” expressaram a recusa em cumprir quaisquer das normas estabelecidas. Os estudantes foram protagonistas em expressivas manifestações por educação e sua expansão, neste período, além das diversas linhas de protestos pelo país e pelo mundo (movimento feminista, indígena, hippie, liberação sexual, etc.), a principal bandeira levantada era a da liberdade. Essa categoria influenciou todos os pensamentos de mudança no período.

No entanto, mesmo com infintos debates sobre a necessidade de ruptura com o conservadorismo e com discurso por mudanças, os códigos de 1965 e 1975 não avançaram, mantendo ações ainda conservadoras e acríticas. Correntes teóricas diversas

entram em disputa para romper as bases que legitimam o Serviço Social tradicional (funcionalismo, fenomenologia, marxismo ainda com fontes de intérpretes). Em contexto de violentas repressões mostrando ora afirmação (por parte dos movimentos sociais), ora negação (por parte do Estado ditador) da liberdade; os projetos da profissão apontam a necessidade de renovação com debates intensos e participativos nos Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré, Alto da Boa Vista e Método BH.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), de 1979, indica um marco na profissão. Denominado Congresso da Virada (porque substituiu os representantes oficiais do governo por líderes da classe trabalhadora), a categoria assume um compromisso com a classe trabalhadora. Acessando diretamente as fontes de Marx, o assistente social se vê inserido na divisão sociotécnica do trabalho, e expande seu nível intelectual refletindo no novo currículo de formação do profissional em 1982. Neste mesmo ano, a publicação do livro de Yamamoto & Carvalho (*Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 1982) desvela as formas de intervenção do Serviço Social apoiadas na visão de Estado ampliado em Gramsci. Yamamoto indica as possibilidades de conduta adotadas no processo de trabalho do profissional Assistente Social:

No desempenho de sua função intelectual, o assistente social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar sua atuação a legitimar a situação vigente ou reforçar um projeto político alternativo, apoiando a organização dos trabalhadores. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982: 96 *apud* BARROCO, 2010: 169).

No campo da educação também ocorreram mudanças de paradigmas com Paulo Freire, que foi um importante nome neste contexto com seu pensamento de combate à dominação e opressão dos excluídos e marginalizados, e que buscava uma educação de conscientização por parte do indivíduo, de sua condição de explorado e dominado. A bandeira de liberdade na educação lançada por Paulo Freire busca romper com o caráter domesticador do modelo tradicional de ensino, levando os sujeitos a tomarem uma consciência crítica da realidade.

A educação, assim como o Serviço Social em princípio, foi levada a servir os interesses do sistema vigente. Posteriormente, se desenvolveram criticamente e possibilitaram transformações inquestionáveis no seio da sociedade. O artigo de Pereira & Herkenhoff (2011) traz a compreensão da função da educação no sistema capitalista com um debate sobre as três concepções diferentes de educação: educação como redenção, educação como reprodução e educação como transformação.

A concepção de “educação como redenção” propõe que a educação seja capaz de influenciar e moldar a vida do indivíduo para um equilíbrio e ordenação da sociedade, a partir de uma busca por manter e reproduzir o *status quo* da classe dominante. O pensamento durkheimiano compreende a educação como um instrumento capaz de exercer coerção sobre a consciência do indivíduo servindo para transmitir costumes, valores e normas aos indivíduos que agiriam sob um enquadramento nas regras sociais e colaborariam para uma harmonia social. Dessa forma, o Estado utilizaria a educação para regularizar as ações individualistas e garantiria os interesses coletivos, visando, assim, à coesão da sociedade.

A educação proposta para uma “adequação mercadológica”, sugerindo que tenha a capacidade de superar o subdesenvolvimento e as desigualdades. Isso seria possível a partir da formação de cidadãos que desempenham o papel que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão. A educação é voltada para formação do capital humano ou mão de obra para a produção capitalista. Na análise da “educação como redenção”, há “uma inversão na interpretação das relações sociais, que ficam pautadas em questões subjetivas” (Pereira & Herkenhoff, 2011). Uma visão idealista de sociedade e do Estado mistificando as explorações do capitalismo, dando como naturais às expressões da questão social.

A concepção de educação como reprodução; vista como reprodutora da sociedade e do sistema dominante. Incluem nessa linha teórica pensadores como Bourdieu e Jean-Claude Passeron, que “consideram que a educação reproduz a cultura dominante, reforçando as relações de poder, reproduzindo assim, o sistema capitalista” (Pereira & Herkenhoff, 2011). A função da escola seria de garantia da reprodução ideológica dominante, o que reforçaria e manteria a submissão da força de trabalho necessário, por sua vez, para essa manutenção.

De acordo com Althusser (1985), os aparelhos ideológicos do estado reproduzem, por meio da ideologia (e não da força), o sistema de ideias dominantes e as

relações de produção. Para ele, a escola, representando um aparelho ideológico do Estado, se resume à “função de inculcar nos sujeitos desde sua infância a ideologia dominante, sendo preparados para serem submisso e ocuparem posições, segundo sua escolarização” (Pereira & Herkenhoff, 2011). Este pensamento, que considera apenas a característica de reprodução da educação, não conferindo possibilidade de uma concepção transformadora, acaba levando a uma “visão da classe dominante como protagonista na história, como se a classe trabalhadora fosse passiva, mera espectadora do processo” (Pereira & Herkenhoff, 2011).

“Educação como transformação”: esta concepção ampliada da educação vem das teorias de Marx e Engels (2004), que analisam a educação através da categoria trabalho, que está diretamente ligada ao desenvolvimento do homem. O modo de produção capitalista coloca limites para um desenvolvimento pleno, na medida em que a divisão sociotécnica do trabalho transforma trabalho em mercadoria, expropriando os trabalhadores de sua produção e de seus saberes. Dentro dessa análise, a sociedade de classes oferece diferentes formas de educação. Afirmando a dualidade da educação, os adeptos desta concepção consideram que a educação nem apenas reproduz e nem salva. Deve servir como instrumento para efetivação de uma concepção crítica de sociedade.

A classe trabalhadora deve buscar utilizar este instrumento para o desenvolvimento político-ideológico da sua própria classe. A educação ligada à transformação não supõe que ela seja capaz de transformar uma realidade. Entretanto, a “educação serve de meio, ao lado de outros meios, para realizar um projeto de sociedade, podendo ser conservador ou transformador” (Pereira & Herkenhoff, 2011). Por isso, é um instrumento que deve ser tomado pela classe trabalhadora para a construção da contrahegemonia.

A educação é um processo histórico que se torna política social nos marcos do sistema capitalista. Um mecanismo que pode ser utilizado tanto para a reprodução das desigualdades vigentes, quanto para uma contrahegemonia da classe trabalhadora. É perpassada por contradições diversas, que podem responder tanto ao capital, quanto à classe trabalhadora, concedendo a esta última elementos para uma leitura crítica da realidade.

Em 1986, o novo Código de Ética assume a ideia de “compromisso com a classe trabalhadora”. O Código traz também outro avanço: a ruptura com o corporativismo profissional, inaugurando a percepção do valor da denúncia. No âmbito da formação

profissional, busca-se ultrapassar o tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, na revisão curricular de 1982. O Serviço Social assim encontra sua identidade. A serviço da classe trabalhadora, com função de um intelectual orgânico, coloca-se à disposição de maneira educativa e organizacional na construção de um pensamento hegemônico. Desde o compromisso com a classe trabalhadora, a perspectiva de emancipação da pessoa humana, o projeto ético político da profissão prevê um projeto de sociedade para além do capital.

Em 1993, é elaborado um novo Código de Ética profissional, superando a parca sustentação teórica do código anterior. Os debates para sua construção demonstram o acúmulo teórico indiscutível dos seus profissionais. No entanto, se verificam no âmbito do Serviço Social os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, da liofilização do Estado e da retração dos direitos sociais contrários ao pensamento maduro e inovador vigente no âmbito da profissão (Matos, 2013). O VII Congresso Brasileiro de Assistente Social, em 1992, coloca em foco a ética compondo os debates em diversas orientações de fundamentação teórica, prática e formação profissional. A reflexão do método crítico dialético é ampliado nessa década, intervindo diretamente nos documentos da profissão. Esse posicionamento se expressa na Lei de Regulamentação da Profissão/Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes curriculares de 1996.

O novo Código de Ética Profissional tem uma perspectiva de superação das fragilidades do Código de 1986, afirmando seus valores e princípios, objetivando determinações de direitos e deveres éticos. Reafirmando a posição de ruptura, o Serviço Social remete os valores éticos fundamentais:

- I. Reconhecimento da **liberdade** como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos **direitos humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da **cidadania**, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e **justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de **preconceito**, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VII. Garantia do **pluralismo**, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS - Código de Ética do Assistente Social, Lei 8.662/93, p. 23 e 24)

Seguindo este posicionamento, os profissionais atuam não somente como executores terminais da política social, como, também, planejadores de tais políticas, com vistas a superar a focalização dos programas dentro da burocracia das instituições, recusando qualquer forma de preconceito ou discriminação dos direitos. Neste caso, expandindo o acesso e permanência na graduação, possibilitando a conclusão do ensino superior. O desafio do assistente social na educação é responder às necessidades do seu público-alvo de forma ampliada em sua intervenção, permitindo possibilidades de expansão com estratégias e envolvimento com movimentos sociais que permitem a participação da população usuária nas decisões que lhes dizem respeito.

Todas as questões aqui tratadas problematizam a emergência do Serviço Social no campo da Educação. A luta do CFESS em ampliar o campo de atuação do Serviço Social (hoje presente apenas na educação superior), mostrando que as expressões da questão social perpassam a educação como um todo. Neste trabalho, mostramos parte das lutas e conquistas do trabalho do assistente social com a população usuária dos

serviços da Assistência Estudantil no ensino superior. Inúmeras outras questões são necessárias para expandir o trabalho profissional na educação que depende de lutas conjuntas para enfrentar a correlação de forças com os novos valores e imposições de organismos multilaterais.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que a assistência estudantil é uma importante ferramenta para garantir a permanência e a conclusão do ensino superior, aumentando a capacidade de uma camada da população alijada de privilégios acessar um direito ainda elitizado. Quando em estágio obrigatório na DDS, embora com instalações insuficientes, ocupado por múltiplos profissionais, pude conhecer a quantidade de estudantes que, sem a assistência estudantil, não teriam condições de se manter em uma Universidade como a UnB.

A partir do meu próprio desconhecimento da existência dos programas ali ofertados, engajei um projeto de intervenção que tratasse da importância da informação e expansão dos programas à comunidade acadêmica. A Lei Orgânica de Assistência Social (nº 8.742/93) fala do trabalho do assistente social de forma integrada, buscando a universalização dos direitos: para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo provimento de condições para atender contingências e promovendo a universalização dos direitos sociais.

É apresentado a importância das políticas sociais, da educação e da assistência estudantil, discorridos nos capítulos do trabalho: a educação que passou pela domesticação para o trabalho; posteriormente, pela fase de *status quo* para uma camada privilegiada da população até as lutas para sua universalização, ainda perpassada pela manutenção da ideologia da classe dominante em manter a exploração da mão de obra, para uma tomada de consciência na formação de uma contra hegemonia ideológica em favor da classe trabalhadora.

A criação da UNE, por estudantes organizados em busca de políticas para manutenção na educação superior no início do século, foi o marco da reforma estudantil em 1968, em pleno regime militar. Os estudantes mostraram sua resistência para obtenção de maiores investimentos na educação até a década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, garantindo a educação como direito de todos e dever do Estado.

A formação do FONAPRACE na luta pela assistência estudantil, por ser esta mediadora no conflito capital *versus* trabalho, reparadoras de direitos, e, neste caso, asseguram a permanência e conclusão no ensino superior via políticas que possibilitam maior acesso às camadas mais pobres da população. A trajetória do Serviço Social, sua mudança de paradigma de uma ética conservadora, de manutenção e reprodução do capital, para uma ruptura com esta ideologia, buscando uma visão mais ampla e crítica da sociedade com novo

método teórico metodológico e ético-político, a atuação do profissional do Serviço Social é imprescindível na operacionalização dessas políticas e contribui para sua expansão visando uma nova sociedade sem dominação de classes.

O trabalho desenvolvido pelo assistente social nesta área é de suma importância para a construção de uma sociedade menos desigual. A grande quantidade de novas vagas provenientes das cotas sociais dará acesso ao ensino superior a uma parcela da população alijada de vários direitos sociais e com acesso precário a educação básica. São estudantes sem condições econômicas de se manter numa universidade e que vão engrossar as fileiras da assistência estudantil, até então não suficiente nem para o público atual, dado o alto número de demanda reprimida no atual programa.

A luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes, sendo a assistência estudantil e sua operacionalidade por profissionais comprometidos com o projeto de universalização das políticas essencial para a não evasão escolar e conclusão do ensino superior. Independente da conjuntura política e econômica desfavorável, com restrições de recursos para o social e influências dos organismos internacionais voltados para lógica do mercado, avanços foram conquistados sem perder de vista a perspectiva da universalidade da educação pública. O PNAES vem para compor o REUNI e o PROUNI: estes garantem e expandem o acesso de estudantes ao nível superior aquele para garantir a permanência e conclusão da graduação.

O artigo de Pereira & Herk (2011) trata das dimensões em que está posta a educação, primeiro na perspectiva de redenção capaz de direcional a vida social contribuindo para harmonia, domesticando os indivíduos para o trabalho e naturalizando a relações de exploração; segundo, na perspectiva de reprodução reforçando as relações de poder reproduzindo a ideologia dominante a educação como aparelho ideológico do Estado juntamente com a religião, a política, cultura, etc., atuando em consenso com os anseios da classe dominante. Nos pautamos na terceira perspectiva, a da transformação, ora num sistema dotado de contradições. A educação encontra instrumentos para formação de uma contrahegemonia do sistema capitalista. Mesmo respondendo às perspectivas anteriores de ilusões da classe dominante impostas a toda sociedade, de uma educação voltada para o mercado de trabalho explorado, a educação constitui ferramentas para a visão crítica da classe trabalhadora num enfrentamento e questionamento da ordem posta.

Assumimos como importante oportunidade de luta a perspectiva transformadora da educação que serve como instrumento para uma concepção crítica da sociedade, desvelando suas contradições e abrindo possibilidades de construção de uma contrahegemonia que

desmascare a ideologia dominante e se posicione junto a luta da classe trabalhadora por uma desmercadorização das políticas sociais e dos direitos inerentes a pessoa humana. Também a construção e ocupação de espaços políticos que permitam uma leitura crítica da realidade para a busca de mecanismos que respondam aos anseios dos segmentos menos favorecidos.

A educação tem um papel transformador no seio da sociedade e, juntamente com outros meios, pode realizar um projeto de sociedade para além do capital. É essa perspectiva que se manifesta na luta por um ensino público de qualidade de acesso a todos, contribuindo para consolidação do projeto profissional de uma sociedade mais justa e igualitária.

ANEXOS

Questionário

1. Já ouviu falar ou sabe o que é Diretoria de Desenvolvimento Social?

SIM

NÃO

2. Você conhece algum Programa de Assistência ao Estudante?

SIM

NÃO

3. Você considera importante ter Programas de Assistência Estudantil na Universidade?

SIM

NÃO

CALOURO ()

NÃO CALOURO ()

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** FONAPRACE, 2011.

ANTUNES, Ricardo e RIDENTI, Marcelo. **Artigo Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil.** Margem Esquerda, maio de 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** Boitempo Editorial, 1999.

ARRAIS, Enéas. PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **RAUnP: Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar.** v. 4, n. 2, p. 68-74, Abril-Setembro, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo, Cortez, 2010.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas.** Rio de Janeiro, Pedagogia em Foco, 2001.

BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo, Cortez, 2008.

CFESS. **Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** 2013.

Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª. ed. rev. e atual. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/Abepss, 2009.

CRUZ, Marileia dos Santos. **História da educação do Negro e outras histórias.** Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. Brasília, 2005.

DE SOUSA, Charles Toniolo. **Pensamento Moderno e Questão Social: Esboço de uma interpretação ontológica a partir de Karl Marx e Friedrich Engels.** Temas & Matizes - vol. 9 - Nº 17, 2010. pp. 7-34.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** 10ª ED. São Paulo, Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.

GOMBAY, André. **Filosofia Descartes.** 2007.

HANSEN, J. A., VIDAL, D. G. HILSDORF, M L. **Ratio Studiorum e política católica ibérica no século XVII.** Brasil, v. 500, p. 13-41, 2001.

<http://www.planalto.gov.br>, acesso em 06/10/2014.

<http://www.planalto.gov.br>, acesso em 20/06/2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Ed. 2008, São Paulo, Cortez, 1982.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal**. Revista Economia Política. vol. 26, n. 1 PP 58/74, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. Educação & sociedade, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, Ética e Saúde**. 1ª edição, Cortez, 2013.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 1930, São Paulo, Boitempo, 2006.

MICHELOTTO, R. M., COELHO, R. H., ZAINKO, M. A. S. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula** (The higher education enlargement policy and the proposal for higher education). Educar, Curitiba, 2006, p. 179-198.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **SER Social**. v. 14, Brasília, n. 30, 2012.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade. n. 50, São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **A construção do projeto ético político profissional frente a crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1, 1999.

PAIM, Antônio; SCHWARTZMAN, Simon. **Por uma universidade no Rio de Janeiro**. Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro, 1982, p. 17-96.

PAULA, Lucília Augusta Lino de. **Protagonismo juvenil e movimento estudantil: uma estratégia de distinção**. 26ª reunião Anual da ANPED, 2003.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **Ensaio para compreensão da função da educação no sistema capitalista**. Revista Ser Social, v. 13 n. 29, Brasília, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo, Xamã, 2008.

_____. **Mercantilização do ensino superior e a precarização do trabalho docente: faces da negação do direito social à educação**. In Marcosin, C. (org.). Trabalho e Direitos, Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. vol. 1. MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PFEIFER, Mariana; FIORAVANTE, Paulo; GIARETA Vizivali. **Expansão da educação superior no brasil: panorama e perspectiva para a formação de professores**. Cadernos do Professor, 115 p. 1, UFPR/PROGRAD, 2009.

Revista FONAPRACE, 2012.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 1991.

_____. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. vol. 8. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. Educação, Sociedade & Culturas, 2005, p. 137-202.

SILVA, Geraldo da. **História da educação do Negro e outras histórias**. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas, Brasília, 2005.